

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

ORIENTAÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO
DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ÂMBITO DO
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Versão Preliminar

Brasília, junho de 2006

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Parte I – Articulação PBF/PAIF	113
1 - O Programa Bolsa Família – PBF	15
1.1 - Por que garantir o cumprimento das Condicionalidades no PBF	18
1.2 - O CadÚnico como instrumento de conhecimento e avaliação das famílias	21
2 – O Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF)	27
Parte II – Metodologia	29
3 - Apresentação da Metodologia e Implicações para a Gestão Local	31
3.1 - Princípios, objetivos, diretrizes da metodologia de articulação PBF/PAIF	31
3.2 - Implicações para a gestão local dos programas	34
4 – Metodologia de Trabalho com comunidades	39
5 - Metodologia de Trabalho com Famílias	49
5.1 – Procedimentos no trabalho com as famílias	49
5.2– Estratégia de Acompanhamento em grupos de famílias	52
5.3 – Estratégia de Acompanhamento individualizado da família	70
6. Referências bibliográficas	79
Anexo - Técnicas de Grupo	81

Apresentação

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vem trabalhando com afinco no sentido de consolidar e integrar suas ações. Aos significativos avanços expressos pelo atendimento, até maio de 2006, a 9,2 milhões de famílias pelo Programa Bolsa Família e pela implantação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), instalados em 1.639 municípios brasileiros, junta-se, agora, um salto qualitativo da maior importância, que é a articulação entre os serviços socioassistenciais e os programas de transferência de renda.

A presente publicação assinala o fortalecimento institucional do MDS, uma vez que duas Secretarias, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (SENARC), são co-responsáveis por sua elaboração e implementação. Essa iniciativa, entre outras do Ministério, permitem antever a constituição de uma rede articulada de proteção social voltada para o atendimento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Nesse esforço, é fundamental a cooperação entre os entes da federação: governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, conforme prescrito pela Constituição Federal. Com esse trabalho, o MDS traz sua colaboração para tornar mais eficaz a ação desenvolvida no âmbito municipal junto às famílias e aos indivíduos. Nesse sentido, procura subsidiar a todos os gestores, coordenadores e técnicos dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a continuarem em sua valiosa e difícil atuação em prol da inclusão social das famílias.

Oswaldo Russo

Secretário Nacional de Assistência Social

Rosani Cunha

Secretária Nacional de Renda de Cidadania

Introdução

Esta publicação apresenta um conjunto de orientações e sugestões para promover o acompanhamento das famílias residentes nos territórios de maior vulnerabilidade social, prioritariamente as beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por meio da atuação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

Para alcançar a efetiva proteção de crianças, adolescentes e gestantes dessas famílias, o trabalho com famílias requer, também, avanços em outras áreas, como a articulação na gestão dos serviços e dos programas de transferência de renda, a potencialização da rede de serviços sociais públicos e privados e a coordenação intersetorial entre eles.

Este documento objetiva oferecer uma metodologia para os serviços socioassistenciais de apoio às famílias, na garantia dos direitos de suas crianças, adolescentes e gestantes.

É importante ressaltar que o caráter complementar deste documento torna indispensável a utilização conjunta com o documento “Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social – Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social/CRAS”.

O presente documento tem caráter propositivo para a atuação dos gestores, Coordenadores de CRAS e técnicos dos serviços socioassistenciais, além dos operadores do Programa Bolsa Família. Observe-se que este se encontra em fase preliminar, e assim são solicitados comentários e sugestões para seu aperfeiçoamento. O acréscimo de experiências de trabalho realizados nos municípios enriquecerá o leque de opções para o trabalho com famílias e comunidades. A versão final do documento será publicada até o término deste ano.

A articulação entre os serviços e os programas de transferência de renda é resultado tanto da evolução da concepção da Política de Assistência Social,

aprovada em outubro de 2004, quanto do objetivo de inclusão social do Programa Bolsa Família.

A Assistência Social vem passando por profundas transformações desde 2003. Em novembro de 2004, foi aprovada a nova Política Nacional de Assistência Social, que renova e amplia o conceito de proteção social. Tal política define quais são as seguranças afiançadas para todos os brasileiros que delas necessitam. São elas: de rendimento; de autonomia; de acolhida; de convívio ou vivência familiar e comunitária; e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece que o trabalho assistencial deve estar centralizado na família (Brasil, 2005, p. 27). Nos CRAS, “prioritariamente, serão atendidas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, os idosos e deficientes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC.” (ver Brasil, 2006 - Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social/CRAS).

Por seu lado, o PBF tem na transferência de renda seu aspecto mais visível. No entanto, sua ação tem efeitos sobre a garantia dos direitos nas áreas de Saúde e de Educação, através do cumprimento das condicionalidades. O Programa também prevê a realização de ações complementares, entre elas o acompanhamento das famílias beneficiárias. É neste aspecto, em particular no acompanhamento e promoção das famílias que não estiverem cumprindo as condicionalidades, que se colocam um desafio e um potencial de trabalho para o PAIF.

Essa publicação é composta por duas partes. A primeira contextualiza a articulação entre o PAIF e o Programa Bolsa Família como um momento importante para a efetivação da proteção social ampla, constituída por transferência de renda, acesso aos serviços socioassistenciais com famílias e acesso à saúde e à educação. São descritos o Programa Bolsa Família e o PAIF, enfatizando o acompanhamento das famílias que necessitam do apoio para a garantia dos direitos de suas crianças e adolescentes. A segunda parte trata da proposta de metodologia de trabalho com as famílias e comunidades.

O texto enfatiza os aspectos operacionais, ou seja, estratégias, procedimentos e instrumentos para ação. São muitas as possibilidades, e caberá aos gestores e a suas equipes optar pela mais adequada para o atendimento das necessidades das famílias.

Buscou-se adotar uma metodologia flexível, que se organiza em dois eixos, a fim de comportar futuros encartes relativos a diferentes abordagens com as famílias. Ao apresentar este material, o MDS cumpre seu papel de regular o trabalho com famílias nos serviços socioassistenciais e sua necessária articulação com os programas de transferência de renda, em particular com o Programa Bolsa Família.

Parte I – Articulação PBF/PAIF

1 - O Programa Bolsa Família – PBF

O Programa Bolsa Família (PBF) é a mais abrangente iniciativa de transferência condicionada de renda concretizada no Brasil. Em outubro de 2003, quando o Governo Federal lançou o Programa, a tarefa que havia pela frente não era trivial: tratava-se de unificar quatro programas de transferência de renda então existentes, de grande porte e de alcance nacional – Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação.

Atualmente o PBF está presente em todos os 5.564 municípios brasileiros e no Distrito Federal, e beneficiará, até o fim de 2006, 11,1 milhões de famílias, número correspondente a aproximadamente 50 milhões de pessoas. O Programa compõe a estratégia do governo para o fortalecimento da agenda do Fome Zero, na medida em que busca articular as políticas sociais para a autonomia sustentada das famílias beneficiárias.

A transferência de renda, apesar de constituir a parte mais visível, não abarca a totalidade do Bolsa Família. A ampliação do acesso das famílias pobres a serviços de saúde, educação e assistência social, induzida pelo cumprimento das condicionalidades do Programa, é um componente fundamental da estratégia de redução da pobreza e da superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias beneficiárias.

A seleção das famílias beneficiárias do PBF é feita a partir de informações geradas pelo Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), observados os critérios de elegibilidade do Programa. De acordo com tais critérios, dentre as famílias inscritas no CadÚnico podem ser inseridas no PBF aquelas cuja renda familiar *per capita* mensal atinge, no máximo, R\$ 120,00. Dentre estas, as famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 60,00 são elegíveis independentemente de sua composição; e as famílias com renda *per capita* mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 podem ingressar no Programa, desde que apresentem em

sua composição crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes ou mães que estejam amamentando. Os benefícios financeiros do Bolsa Família são de dois tipos: básico e variável, de acordo com a renda familiar. Cada família recebe entre R\$ 15,00 e R\$ 95,00 por mês, dependendo da sua situação socioeconômica e do número de crianças e adolescentes até 15 anos e gestantes.

O quadro seguinte descreve os valores de benefícios, de acordo com a situação das famílias.

Quadro Valor de benefícios do Programa Bolsa Família segundo renda e composição familiar

Situação da família	Renda mensal <i>per capita</i>	Ocorrência de crianças / adolescentes, gestantes e nutriz	Quantidade e tipo de benefícios	Valor do Benefício (em R\$)
Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 membro	(1) Variável	15,00
		2 membros	(2) Variável	30,00
		3 ou + membros	(3) Variável	45,00
Extrema pobreza	Até R\$60,00	Sem ocorrência	Básico	50,00
		1 membro	Básico + (1) Variável	65,00
		2 membros	Básico + (2) Variável	80,00
		3 ou + membros	Básico + (3) Variável	95,00

O Governo Federal tem empreendido esforços para incorporar cada vez mais eficiência ao Programa e consolidar seu papel no contexto das políticas públicas de desenvolvimento social. Nesse sentido, três pontos do PBF ganham destaque:

- a unificação dos programas anteriores, associada ao foco na família e à adoção de critérios claros e públicos de elegibilidade para o Programa;

- o acompanhamento do cumprimento, por parte dos beneficiários, das atividades estabelecidas como condicionalidades nas áreas de saúde e educação e assistência social, as quais estão inseridas no universo dos direitos sociais, criando-se com isso um círculo virtuoso entre as várias políticas sociais; e
- o objetivo de se formarem parcerias entre as distintas esferas de governo, não só para o desenvolvimento e implantação do PBF, mas sobretudo para a busca e criação de oportunidades a fim de que as famílias beneficiárias possam encontrar novos meios para se sustentarem, com garantia de acesso à renda de forma regular.

O PBF busca, seguindo a orientação programática do Fome Zero, associar medidas de caráter emergencial – alívio imediato da pobreza – com medidas de médio e longo prazo, permitindo que essas famílias tenham acesso às condições mínimas necessárias, na forma de serviços públicos essenciais, para a superação de sua situação de pobreza.

Ademais, a associação de medidas emergenciais e de médio e longo prazos, na linha de atuação do MDS, integra três frentes de atuação: a) a defesa do direito à renda; b) a defesa do direito à segurança alimentar e nutricional; e c) a defesa do direito à assistência social. A defesa de tais direitos insere-se no universo de uma abordagem mais ampla da proteção social, pautada na dimensão ética de assegurar os direitos fundamentais preconizados pela Constituição Federal de 1988. Proteção e promoção da autonomia são os conceitos que, postos em prática, permitem enfrentar os riscos e as vulnerabilidades sociais.

No âmbito dessas frentes de atuação, os resultados de cada programa específico são condicionados e condicionam uns aos outros, fortalecendo a complementaridade das ações e levando ao conseqüente aumento da efetividade dos programas e de seu impacto na vida das populações pobres. É com esse intuito que o Governo Federal trabalha hoje para implantar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que objetiva integrar os serviços, programas, projetos e

benefícios socioassistenciais, inserindo, prioritariamente, as famílias dos programas de transferência de renda, além de integrar as ações do PAIF ao Programa Bolsa Família, visando ao acompanhamento dos beneficiários deste último e sua inclusão no SUAS.

Na integração de ações com o PAIF, um ponto fundamental no desenho do PBF refere-se ao cumprimento de condicionalidades, que são as contrapartidas de proteção exigidas das famílias beneficiárias. As ações previstas como condicionalidades correspondem, no marco constitucional brasileiro, a direitos sociais que devem ser garantidos ao conjunto da população. Ao exigir o comparecimento a determinados serviços de saúde pública, a frequência escolar e às ações socioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, o PBF promove condições fundamentais mínimas para que esses sujeitos sociais, hoje à margem da sociedade, possam reivindicar acesso às condições necessárias para o desenvolvimento de capacidades essenciais dos indivíduos. A dificuldade de cumprimento das condicionalidades pelas famílias deve ser compreendida, pela equipe do CRAS, não como condição desfavorável, mas como condição objetiva da situação de exclusão, que aumenta a probabilidade de ocorrência de violação dos direitos.

1.1 – Por que garantir o cumprimento das Condicionalidades no PBF

As condicionalidades do Bolsa Família referem-se à garantia das condições mínimas na área da saúde, da educação e da assistência social que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiárias do Programa e acompanhadas pelos técnicos das respectivas áreas nos municípios. Na área de saúde, os compromissos consistem no acompanhamento da saúde de gestantes, nutrizes e crianças até 7 anos de idade. Na área de educação, a condicionalidade prevista é a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% das crianças e dos adolescentes entre 6 e 15 anos integrantes

das famílias beneficiárias. As condicionalidades devem ser observadas por todos os integrantes da família com até 15 anos e gestantes, mesmo aquelas pelas quais não ocorre pagamento da parcela variável do benefício.

Na área da assistência, com a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao PBF, normatizada por meio da Portaria 666/2005, a participação nas ações socioeducativas e de convivência passa a ser uma condicionalidade adicional para as famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. O seu acompanhamento será regulamentado oportunamente, mediante portaria conjunta da SNAS e da SENARC.

Essas condicionalidades são consideradas os parâmetros mínimos de resultado que o Programa Bolsa Família se propõe a alcançar com cada uma das famílias beneficiárias. O cumprimento das condicionalidades constitui, portanto, um dos fatores de êxito do Programa em seu objetivo de contribuir para a superação da condição de pobreza ou extrema pobreza das famílias beneficiárias. A proposta do Programa é gerar uma sinergia de efeitos que permitam elevar os padrões objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias, estimulando todos os seus integrantes para um crescimento coletivo.

As condicionalidades, estabelecidas pelo poder público, são mecanismos para elevar o grau de efetivação dos direitos sociais através da indução da oferta e da demanda por serviços de saúde, educação e assistência social na esfera municipal. Nesse sentido, o adequado cumprimento das condicionalidades constitui a operacionalização de um dos propósitos do Programa Bolsa Família, que é fazer que as famílias beneficiárias acessem os benefícios sociais a que têm direito, desenvolvam práticas de apoio mútuo no espaço doméstico e se vinculem a redes sociais existentes.

Em decorrência das condicionalidades estabelecidas, o Bolsa Família gera impactos positivos em aspectos cruciais para o desenvolvimento humano, na medida em que induz aos cuidados essenciais com a saúde e promove avanços consideráveis na escolarização e no combate à evasão escolar. Com isso, para além do efeito

conjuntural de complementar a renda insuficiente, elevar os indicadores de saúde e a escolaridade da população brasileira, o Programa provoca impactos positivos nos índices de desenvolvimento humano da população brasileira a médio e longo prazos.

A regulamentação do PBF¹ determina advertência e sanções gradativas às famílias em situação de descumprimento das condicionalidades. No primeiro descumprimento, a família receberá uma advertência, que não afeta ou altera o benefício. No segundo descumprimento, a família terá o benefício bloqueado por 30 dias, mas recebe o benefício acumulado no mês seguinte. No terceiro descumprimento, a família será suspensa do programa por 60 dias. Nesse período, as parcelas não serão geradas e a família fica sem receber. No quarto registro a família também receberá uma suspensão de 60 dias. Apenas no quinto registro de descumprimento a família terá o benefício cancelado.

Essa gradação de aplicação de advertência e sanções é pensada como uma forma de possibilitar a reversão do quadro, permitindo que a família volte a cumprir as condicionalidades e fortaleça os direitos de seus membros. Assim, o descumprimento das condicionalidades no contexto do Bolsa Família não deve ser caracterizado como punitivo. Sua importância está relacionada ao acompanhamento e monitoramento das famílias no acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação, bem como à identificação das causas familiares e sociais que levaram ao descumprimento das condicionalidades. Na realidade, o não cumprimento das condicionalidades deve servir de alerta para a identificação das famílias em situação de maior risco social e que demandam, portanto, acompanhamento familiar mais próximo e integrado. Esse acompanhamento também contribui para o redirecionamento de políticas públicas, orientando as ações para reduzir a vulnerabilidade de tais famílias, ampliando as oportunidades e possibilidades de inclusão social.

¹ Conforme definido na Portaria MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, que regulamenta a Gestão de Condicionalidades.

O acompanhamento da condicionalidade de participação nas ações socioeducativas de crianças e adolescentes em situação de trabalho será regulado pelo MDS e incluído na versão final desta publicação.

A exigência do cumprimento da agenda das condicionalidades coloca-se, assim, como uma estratégia de redução da pobreza e da superação da situação de vulnerabilidade social a médio e longo prazos. Para que a estratégia tenha êxito, as famílias incluídas no Programa devem ser acompanhadas pelas equipes da saúde e educação e por outras equipes de profissionais dos municípios que respondem com ações que propiciem o desenvolvimento de habilidades e capacidades para o pleno exercício da cidadania.

O descumprimento das condicionalidades deve ser encarado, também, como um indicador importante para prevenir situação de risco nas áreas de abrangência dos CRAS; e, para famílias que se encontram nesta situação, deve ser visto como a oportunidade de reverter o quadro de vulnerabilidade ao receber o acompanhamento e o apoio necessários para o cumprimento do seu papel protetivo. Assim, para que o PBF avance nos seus objetivos e impactos, torna-se importante propor uma metodologia de trabalho com as famílias, o qual garanta o cumprimento das condicionalidades, respeite sua realidade local e fortaleça os vínculos comunitários e familiares.

1.2 - O CadÚnico como instrumento de conhecimento e avaliação das famílias

O Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico),² é um instrumento de coleta de informações que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza – definidas como sendo aquelas com renda igual

² Instituído pelo Decreto n. 3.877, de 24 de julho de 2001.

ou inferior a 1/2 salário mínimo por pessoa – no país. Após a coleta de dados, as pessoas constantes do cadastro recebem o Número de Identificação Social (NIS).

O caderno do cadastramento único contém cerca de 130 quesitos que abrangem diversas informações referentes às famílias, proporcionando aos governos municipais, estaduais e federal o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas e a análise das suas maiores necessidades.

O CadÚnico permite a identificação unívoca de famílias e de seus componentes, com a identificação e a localização geográfica de domicílio e de seus moradores. O cadastro é constituído pelos seguintes grupos de informação:

- a) informações de identificação da família e dos indivíduos que a compõem;
- b) características familiares;
- c) identificação da residência e suas características;
- d) renda da família;
- e) gastos da família; e
- f) informações sobre propriedades rurais, participação em organizações sociais, emprego e perdas na agricultura, e participação em programas sociais do governo federal, entre outras.

Essas informações são sistematizadas no nível federal em um único banco de dados e posteriormente devolvidas aos municípios, ao Distrito Federal e aos estados, possibilitando que as diversas esferas de governo tenham informações sobre quem são, onde estão e como vivem as famílias em situação de pobreza no Brasil, a fim de elaborar e implementar políticas e programas sociais adequados às necessidades dessa população. Até maio de 2006, mais de 15 milhões de famílias estavam incluídas no CadÚnico.

Cabe destacar que o fato de famílias estarem incluídas no CadÚnico não gera a inclusão automática dessas famílias no PBF ou em outros programas. A inserção em programas do Governo Federal e de outras esferas de governo está

condicionado aos critérios de acesso e permanência estabelecidos para cada programa, à fixação de metas de atendimento, à composição, à renda e às características de cada família. O Programa Bolsa Família, como já registramos, considera como elegíveis as famílias que ganham até R\$ 120,00 *per capita*. Ou seja, tem como base uma renda inferior àquela considerada como referência para o cadastramento no CadÚnico.

Na operacionalização do Cadastro Único, é necessário que o município localize as famílias com esse perfil e cadastre todos os seus membros, não havendo limite de vagas por município. Isto significa que o processo de cadastramento não se inicia com a coleta de dados de determinada família, uma vez que as famílias que terão seus dados coletados já deverão ter passado por um processo de seleção prévia.

Vale ressaltar que um dos aspectos a serem identificados no CadÚnico, demarcado no campo 270, é a existência de crianças e adolescentes em situação de trabalho. Esse procedimento viabiliza a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o Programa Bolsa Família (PBF), conforme estabelecido na portaria nº 666/2005.

A veracidade das informações registradas no Cadastro Único, no âmbito municipal e do Distrito Federal, é de responsabilidade do gestor local, que por ela responde nos termos da legislação vigente. O cidadão responsável pelo fornecimento das informações ao cadastrador no ato do cadastramento, ou seja, aquele que responde ao questionário, também deve ser informado sobre suas responsabilidades em relação à veracidade das informações prestadas.

Assim o CadÚnico, – por sua abrangência e diversidade de dimensões que o compõem – é capaz de criar conhecimento, a respeito:

- das variáveis que interferem na vida das famílias em situação de pobreza;
- dos programas e ações de enfrentamento da pobreza e suas possibilidades de êxito; e

- da população, das comunidades, dos territórios, suas características marcantes, suas diferenças.

As possibilidades de tratamento dos dados contidos no CadÚnico podem ser trabalhadas pelos municípios, Distrito Federal e estados no processo de compartilhamento e ganhos de autonomia dos entes federados para fomentar, desenvolver, monitorar e avaliar políticas de enfrentamento à pobreza.

Essas informações permitem cruzamentos de dados, relações e interpretações contextualizadas que alcançam a maioria das vulnerabilidades das famílias, através das quais podem ser delineadas políticas públicas e sociais mais amplas e estratégicas.

Nesse sentido, o CadÚnico está se transformando em um instrumento de gestão para a implementação de políticas públicas e sociais integradas e consistentes. Ultrapassa as fronteiras do PBF, e mesmo da Assistência Social, e dialoga com as demais políticas sociais por meio do princípio de complementaridade e intersetorialidade, pela possibilidade de transferências de informações e comunicabilidade entre os diversos sistemas existentes.

Cada vez mais, as tecnologias de informação permitem a sistematização e o compartilhamento de informações descentralizadas, permitindo maior efetividade das ações. Uma possível aplicação dessas tecnologias é a identificação do grau de vulnerabilidade, necessidades e potencialidades de uma família, de um grupo de famílias, ou até de uma comunidade.

Um indicador com grande potencial para a identificação de situações de vulnerabilidade e a orientação do trabalho de acompanhamento familiar é o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), desenvolvido por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).³

O IDF é um indicador sintético que pode ser calculado por família a partir dos dados constantes do CadÚnico, abrangendo cinco dimensões: a) ausência de

vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) desenvolvimento infantil; e e) condições habitacionais, por meio de 45 indicadores.

A partir da análise da composição do IDF em cada família, é possível direcionar as ações da rede de proteção social mais adequadas ao perfil familiar, de acordo com suas principais necessidades e potencialidades.

O MDS está desenvolvendo mecanismos para disponibilizar o índice por família aos gestores e técnicos envolvidos no acompanhamento familiar dos beneficiários do PBF.

2 – O Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF)

A segurança de renda, através dos programas de transferência de renda; e a garantia da segurança de convivência e autonomia às famílias, através dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, tornam-se fundamentais para efetivar o direito à assistência social.

O novo modelo de gestão da assistência social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que reorganiza e regula em todo território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, institui o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), um equipamento estatal que tem como objetivos ser uma referência local da assistência social; e ser a concretização dos direitos socioassistenciais, ofertando e coordenando em rede os serviços, programas e projetos que previnam situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nesse contexto, outra aplicação que pode ser dada ao IDF consiste em agregarem-se os indicadores por comunidades, grupos ou territórios específicos, configurando um elemento bastante útil e prático para potencializar o sistema de vigilância social.

O CRAS deve, ainda, organizar a vigilância social em sua área de abrangência. Isto se traduz na produção e na sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e riscos que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos). Esses indicadores são essenciais para organizar a oferta de serviços socioassistenciais e potencializar a rede de proteção social básica do SUAS no território conforme sua necessidade.

Nas áreas de abrangência dos CRAS, existem famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza (ausência de renda, precário ou nulo

acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou da fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social.

O CRAS atua com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário. Nesse sentido, é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF).

O PAIF é ofertado através dos serviços socioassistenciais, socioeducativo e de convivência, e de projetos de preparação para a inclusão produtiva voltada para as famílias, seus membros e indivíduos, conforme suas necessidades identificadas no território. Ainda, quando implantado nas comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, rurais e ribeirinhas, entre outras, deverá respeitar as diversidades, especificidades e características socioculturais das famílias e seus territórios.

Este programa é uma importante estratégia do SUAS de integração dos serviços socioassistenciais e dos programas de transferência de renda.

Conforme estabelecido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), deverá ser garantido o atendimento, prioritário, às famílias inseridas no Programa Bolsa Família. Esta prioridade objetiva responder às necessidades das famílias, que mesmo acessando a renda, precisam acessar serviços socioassistenciais para garantir o direito à saúde e à educação.

Ao realizar essa integração, o PAIF estará criando condições para prevenir situação de risco, evitando que as famílias necessitem de proteção social de média e alta complexidade do SUAS.

Esse programa é co-financiado pelo Governo Federal através do Piso Básico Fixo, instituído pela Portaria nº 442/2005, que define as atividades a serem desenvolvidas pelo PAIF.

Parte II – Metodologia

3. Apresentação da metodologia e implicações para a gestão local

3.1 Princípios, objetivos e diretrizes da metodologia de articulação PBF/PAIF

A articulação entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) associa as ações de transferência de renda a um trabalho socioeducativo. Os pressupostos, princípios, objetivos e diretrizes da metodologia aqui proposta buscam qualificar este trabalho socioeducativo como componente necessário à inclusão social e ao fortalecimento das famílias como sujeitos de direitos. As estratégias, procedimentos e instrumentos, fundamentados em uma visão participativa, valorizam o protagonismo das famílias e procuram dar sustentabilidade à sua participação na sociedade.

3.1.1 - Pressupostos e princípios

As famílias constituem a instância mais básica na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e em que são transmitidos os valores e as práticas culturais.

A metodologia proposta de trabalho com famílias parte do reconhecimento da pluralidade de arranjos familiares presentes na sociedade, bem como do respeito à diversidade cultural. Da mesma forma, reconhece na história das formações familiares que as relações com o contexto social e cultural são determinantes no cumprimento, pelas famílias, de suas funções de proteção e de desenvolvimento de seus membros.

O fortalecimento de possibilidades de proteção social na própria família não restringe as responsabilidades públicas de proteção para com os indivíduos e a sociedade. Assim, trabalhar com famílias é trabalhar com uma rede de vínculos dentro de um contexto sociocultural. É trabalhar no binômio família/ comunidade.

As ações com famílias envolvem o reconhecimento da organização do cotidiano, o exercício dos papéis e funções na família, as relações de geração e de gênero, de autoridade e afeto; os valores, as representações e práticas de cuidado e socialização de seus membros; e, ainda, a convivência, a participação e a ação na comunidade.

3.1.2 - Objetivos

O trabalho com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e residentes na área da atuação do Programa de Atenção Integral à Família visa:

- a) acompanhar, em especial, as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades do PBF, com a finalidade de apoiá-las na superação de suas dificuldades e de promover condições de inclusão na rede de proteção social, participação comunitária e desenvolvimento familiar;
- b) desenvolver capacidades comunicativas, relacionais e de ação cooperativa em famílias e grupos;
- c) promover a inserção das famílias e seus membros nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e das demais políticas sociais existentes nos municípios;
- d) disseminar informações sobre o PBF e a Política de Assistência Social visando ao compartilhamento de objetivos e ações com a comunidade; e
- e) mobilizar as redes e recursos da comunidade com vistas ao maior desenvolvimento e inclusão das famílias.

3.1.3 - Diretrizes

O trabalho com famílias na articulação PBF/PAIF deve ser orientado pelas diretrizes concernentes a cada programa e por diretrizes resultantes dessa articulação, quais sejam:

- a) trabalhar, em caráter de prevenção das situações de risco, com todas as famílias do território de abrangência do CRAS e, em especial, com aquelas que estão em situação de descumprimento das condicionalidades com vistas à superação de dificuldades e efetiva inclusão nos serviços de saúde, educação e assistência social;
- b) respeitar cada família, incentivando a sua participação no trabalho socioeducativo, de acordo com suas referências culturais, seus ciclos de vida, seu ritmo de desenvolvimento e seus projetos e, incentivando seu protagonismo;
- c) Promover, através do trabalho socioeducativo, a articulação entre a informação, a reflexão e o desenvolvimento de habilidades e capacidades das famílias, buscando dar expressão e sustentabilidade a essas mudanças nas práticas cotidianas;
- d) propiciar a transversalidade dos conteúdos e o desenvolvimento de ações intersetoriais, fortalecendo a interlocução e a ação conjunta, nos territórios, da assistência social, da saúde, da educação e de outras áreas envolvidas no desenvolvimento social, potencializando o acolhimento da família e seus membros nas instituições, programas e projetos, serviços e benefícios que trabalham com as famílias do PBF na rede local; e
- e) trabalhar com o binômio família/comunidade, contribuindo para a potencialização do território, das famílias no território e das redes de solidariedade social, melhorando a oferta dos serviços, adequando-os às demandas do território, combatendo inclusive discriminações entre as famílias atendidas em virtude de sua situação específica no PAIF e/ou no PBF.

3.2 – Implicações para a gestão local dos programas

A descentralização político-administrativa e a articulação entre políticas e programas sociais tornam-se fundamentais para a busca de efetividade da proteção social destinada aos grupos vulneráveis. Esses processos estão em curso, mais ou menos avançados, conforme a política que se estiver considerando. É nesse contexto que se dá a articulação entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Atenção Integral à Família.

Tanto a descentralização como a articulação entre programas têm implicações para a organização no âmbito local. Algumas delas podem ser apontadas desde logo. Vejamos a seguir.

3.2.1 - A priorização do público a ser atendido pelo PAIF

Enquanto o Programa Bolsa Família obedece a um critério de renda e tem âmbito municipal, o PAIF atende, potencialmente, todas as famílias em situação de vulnerabilidade social de um determinado território. Ao propor o acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF, com atenção específica às famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades, supõe-se que elas estejam sob a tensão de fatores vulnerabilizantes especialmente fortes, e que, portanto, estariam precisando de alguma atenção para reforçá-las. Mesmo a existência do CRAS em sua área de residência não significa que essas famílias venham a buscar o serviço.

Então, propõe-se que as famílias do PBF, prioritariamente, sejam convidadas a se inserirem nos serviços socioassistenciais desenvolvidos no CRAS, conforme estabelecido por esta metodologia de trabalho com famílias. Já para a comunidade da área de abrangência são propostas atividades coletivas de atenção às famílias e de fortalecimento comunitário, sendo que alguns temas propostos, como a saúde e a educação, aprofundam a compreensão e o exercício desses direitos, reforçando o cumprimento das condicionalidades do PBF.

3.2.2 - Incremento do fluxo de informações entre PAIF e PBF no nível local

Como o PAIF terá acesso às informações relativas às famílias beneficiárias pelo PBF que estão em sua área de abrangência? Por meio de informações fornecidas pelo gestor local do PBF, provenientes do Cadastro Único e de outros sistemas gerenciais utilizados pelo PBF, como o Sistema de Gestão de Benefícios³ (SIBEC), o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar.

Este é apenas o primeiro fluxo de informação a ser desenvolvido. No sentido inverso, que vai do PAIF ao PBF, há que se informar sobre o acompanhamento que estiver sendo prestado à família que não está cumprindo a condicionalidade; se a família estabeleceu um acordo ou um plano de ação para cumprir a condicionalidade; se foi encaminhada para um serviço, programa ou projeto socioassistencial de Proteção Social Básica ou Especial de média e alta complexidade; e se a família tem alcançado avanços no que se refere à inclusão social.

Nesse sentido, a articulação entre o PAIF e o PBF está criando condições para que a família evite sofrer sanções previstas pelo descumprimento das condicionalidades, pois o que interessa, de fato, é a garantia dos direitos à saúde e à educação.

3.2.3 - Reforço das parcerias com Saúde, Educação e Assistência Social

Atualmente, o PBF já mantém relações com as áreas da saúde e da educação para o controle do cumprimento das condicionalidades, tanto nos

³ Gestão de benefícios é o processo que resulta no pagamento do Bolsa Família, e que também estabelece advertências, bloqueio, desbloqueio e até o cancelamento da mesma.

municípios, no Distrito Federal e nos estados, como no âmbito federal. Porém, é preciso que exista também uma articulação adequada entre assistência social, saúde e educação, ampliando uma rede de proteção social para as famílias.

Para tanto, as escolas, os postos de saúde, os CRAS e seus agentes devem ser mobilizados para o trabalho conjunto no território, visando ao acompanhamento das famílias e seus membros, de acordo com as condições e possibilidades locais. Tal responsabilidade, de articulação, integração e estabelecimento de fluxo entre estas políticas públicas e sociais, é do gestor municipal.

Além da integração e da articulação entre a saúde, a educação e a assistência social, outras políticas devem estar envolvidas numa estratégia de fortalecimento da proteção social, tais como cultura, esportes, geração de ocupação e renda, entre outras. No entanto, serão as condições locais, principalmente as opções dos governantes e dos conselhos setoriais, que determinarão a extensão e solidez desse processo.

3.2.4 - Aumento do leque de alternativas metodológicas para trabalho com famílias e comunidades

A diretriz do trabalho com a família é consensual nos programas de proteção social. No entanto, ao desenhar a proposta para articulação entre PAIF e PBF, o MDS identificou a demanda por metodologias para a operacionalização dessa diretriz, associadas a um trabalho de nível comunitário.

Dessa forma, a articulação entre PAIF e PBF apresenta, a título de sugestão, um roteiro metodológico para o trabalho com as famílias a serem atendidas pelo PAIF. O material apresentado pode e deve ser apreciado à luz das condições e traços culturais locais, constituindo-se em uma contribuição inicial do MDS a ser aproveitada e enriquecida pelos gestores e técnicos que trabalham com as famílias.

Por isso mesmo, não se pretende que um país com tamanha diversidade cultural como o Brasil possa ter um único modelo para o trabalho com famílias, por

exemplo. No entanto, pode-se pensar em um conjunto comum de diretrizes para se alcançar um objetivo, que é o da inclusão social, e que permita flexibilizar sua implementação. Dessa forma, um programa nacional pode, simultaneamente, enriquecer-se com características locais e respeitar os ordenamentos e diretrizes das políticas nacionais. Ao longo do tempo, essas experiências poderão ser comunicadas a outros municípios e subsidiar aperfeiçoamentos nos programas, em um esforço de construção coletiva da proteção social.

É no nível da operacionalização que os subsídios para gestão e metodologia se situam, procurando auxiliar e inspirar gestores e técnicos em suas respectivas responsabilidades. O processo de implementação é rico em oportunidades e espaços nos quais gestores e técnicos podem e devem exercer seu espírito de iniciativa e criatividade.

A articulação entre PAIF e PBF é um processo em construção e marca um passo significativo na consolidação de uma política pública de proteção social, que requer um esforço decidido e continuado de atores governamentais e sociais.

Nos próximos capítulos serão enfocadas as estratégias e os instrumentos de trabalho, entendidos como partes articuladas de uma metodologia de trabalho integrado com comunidades e famílias.

4 – Metodologia de trabalho com comunidades

O objetivo geral do trabalho com a comunidade local é promover a proteção e a inclusão social das famílias vulnerabilizadas por meio da interação entre famílias, grupos comunitários e serviços sociais, públicos e privados existentes no território.

Mais especificamente, as ações propostas têm em vista:

- 1) o apoio à mobilização da comunidade para a melhoria da sua qualidade de vida e realização de direitos;
- 2) o engajamento das famílias no apoio ao cumprimento das condicionalidades do PBF, como garantia de direitos;
- 3) o desenvolvimento de vínculos do CRAS com a comunidade, em particular, com as famílias beneficiárias do PBF; e
- 4) o fortalecimento dos vínculos comunitários entre as famílias residentes no território.

O desenvolvimento social das famílias em situação de vulnerabilidade requer, entre outras condições, a mobilização de dinâmicas locais, como os serviços públicos, a rede de entidades privadas e o protagonismo da comunidade. Para tanto, são sugeridos, nessa seção, alguns eixos de ação, procedimentos e instrumentos, que procuram viabilizar a perspectiva de que os cidadãos são os sujeitos da inclusão e que esse é um processo no qual as relações comunitárias são importantes.

O termo *comunidade* significa, tradicionalmente, um conjunto de relações sociais de proximidade com forte componente de integração entre seus membros e importante elemento na formação das identidades pessoais. Hoje, nem sempre a proximidade significa integração social e, muitas vezes, as pessoas formam identidades grupais que superam as distâncias geográficas. Além disso, especialmente nas grandes cidades, as interações quotidianas trazem, também,

elementos de vulnerabilidade para as famílias. Portanto, o termo *comunidade* ainda expressa relações de proximidade (nem sempre geográfica) e de identidade, mas cujo potencial pode ser desenvolvido para ser uma rede de apoio e ação.

Assim, é provável que as áreas de abrangência dos CRAS englobem diversas identidades grupais, que devem ser respeitadas e cujas potencialidades para ações coletivas precisam ser potencializadas com base nos princípios da cidadania e da solidariedade. É nesse sentido que a ação dos CRAS poderá vir a desenvolver a comunidade, disseminando informações, promovendo o conhecimento e a reflexão, apoiando atividades coletivas. Por meio dessas ações, a metodologia de trabalho visa reforçar as dinâmicas de proteção e desenvolvimento social das famílias, ao mesmo tempo em que visam à formação da consciência de cidadania.

Embora nesta publicação existam seções distintas para as metodologias de trabalho com famílias e comunidades, há que se considerar sempre a interação entre família e comunidade. Por exemplo, quando se sugere a utilização da cartografia local como um instrumento de mobilização da comunidade, também se está criando uma oportunidade para as famílias conhecerem e se apropriarem desses espaços e, no processo, criarem relações de solidariedade e ações coletivas.

Assim, além de promover o protagonismo da família em todo o processo de seu desenvolvimento, procura-se o engajamento dos demais sujeitos da comunidade num projeto articulado a favor da inclusão social. Novamente, cabe ressaltar que esse esforço de mobilização comunitária se dá no contexto de políticas públicas que já estão presentes nesses territórios, por meio do PBF, da assistência social, da saúde e da educação, entre outras. Portanto, trata-se de potencializar e articular todas essas dinâmicas.

A seguir, são indicados três eixos de ação que podem ser desenvolvidos, articulados ou separadamente. São eles:

1. disseminação de informações sobre direitos, em forma dialogada, sempre que possível;

2. desenvolvimento do conhecimento sobre a comunidade, o território e os serviços sociais; e
3. apoio a ações de interação cultural entre as famílias.

Antes de prosseguir, é importante reiterar a idéia de que esses eixos podem ser combinados: por exemplo, momentos de reflexão sobre o cotidiano podem acontecer em ações primordialmente voltadas para mobilização ou durante o reconhecimento do território.

Eixo de Ação 1:

Disseminar informações na perspectiva dos direitos da cidadania

Os indivíduos, famílias e comunidades têm o direito básico ao conhecimento de seus direitos. Esse conhecimento é fundamental para seu reconhecimento e mobilização como sujeitos de direitos, ou seja, como cidadãos.

Assim, deve-se privilegiar os procedimentos dialógicos que facilitem tanto o conhecimento do seu conteúdo quanto a reflexão em torno dos sentidos e objetivos dos programas.

A disseminação de informações corresponde à realização prática de um direito e é, também, uma estratégia para mobilizar esforços para o agir coletivo, com ênfase nas famílias em situação de vulnerabilidade, sempre procurando fomentar a interação dialógica. Há procedimentos diversos para disseminar informações, tais como: campanhas, palestras, reuniões, participação em mídia locais, feiras temáticas e atividades culturais. Também os grupos que fazem parte da presente metodologia de acompanhamento das famílias podem ser meios para disseminar e discutir informações, em especial, o grupo socioeducativo.

É importante destacar o universo de informações sobre direitos, incluindo:

- a) programas, projetos e serviços socioassistenciais do SUAS, sobre o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos, de âmbito local, municipal, do Distrito Federal, regional, da área metropolitana e ou da microrregião do estado;
- b) direitos sociais, tais como: identificação, saúde, educação, assistência social, e demais direitos de cidadania;
- c) enfrentamento da violação de direitos, como o trabalho infantil, abuso ou exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e violência doméstica;
- d) direitos de cuidado e atenção para o desenvolvimento das crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, na família e na comunidade;
- e) atenção à criança com deficiência e sua família;
- f) direitos e atenção à adolescência e à juventude, em particular a importância da comunicação com a família e a comunidade;
- g) cuidados para evitar a gravidez na adolescência e prevenção às drogas;
- h) direitos e atenção aos idosos na família e na comunidade;
- i) direitos e atenção à pessoa com deficiência na família e na comunidade;
- j) em municípios com comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinha ou quilombolas, entre outras: divulgar as informações sobre os respectivos direitos e informações sobre ações dos governos federal, estados, Distrito Federal e municípios; e
- k) temas que promovam a cultura do diálogo e dos direitos, combatendo também as formas de violência, preconceito, discriminação e estigmatização social.

IMPORTANTE: Um instrumento que pode ser utilizado pela equipe do PAIF com as famílias beneficiárias do PBF é a Agenda de Compromissos da Família. A Agenda, distribuída aos beneficiários, aborda as principais informações sobre o PBF, ressaltando os direitos e as responsabilidades das famílias.

Eixo de Ação 2:

Conhecer serviços, recursos e agentes do território

A partir da articulação entre PBF e PAIF, é fundamental que se propicie às famílias o conhecimento de seu território, com suas vulnerabilidades e potencialidades. Isto inclui conhecer e mapear os recursos existentes, tanto os relativos à rede de serviços quanto aqueles relacionados aos grupos e lideranças locais. É relevante lembrar que esta ação necessita ser desenvolvida não apenas na fase inicial de implementação do serviço na comunidade, mas também para a continuidade e fortalecimento do vínculo do CRAS com a comunidade, do planejamento e efetividade de suas ações.

Os serviços de assistência social, educação e saúde são integrados para o bom desempenho do PBF e do PAIF. O cumprimento das condicionalidades depende da oferta, inclusão e frequência das famílias e seus membros a estes serviços. Caso existam obstáculos enfrentados por diversas famílias, no território, ao cumprimento das condicionalidades, pode ser identificada uma situação para mobilização das famílias atendidas visando solucionar o problema.

Para o conhecimento/diagnóstico do território, é possível desenvolver procedimentos como:

- reuniões com moradores, lideranças e gestores locais para mapeamento e discussão de alternativas para questões da comunidade;

- visitas a serviços, programas e projetos desenvolvidos no território, para conhecê-los e promover o acesso das famílias;
- articulação e fortalecimento de redes comunitárias na oferta de serviços sociais complementares; e
- mobilização de grupos de desenvolvimento comunitário.

A mobilização de forças comunitárias é um processo complexo e que depende do conhecimento das condições específicas dos territórios.

Conseqüentemente, não se pretende, neste material, determinar uma orientação rígida para processos de mobilização comunitária. Além disso, processos mobilizatórios adquirem dinâmicas próprias, devendo-se muitas vezes trilhar caminhos originais e imprevistos.

No entanto, um instrumento de especial relevância para potencializar os procedimentos de mobilização é a Cartografia da Comunidade. Trata-se de fazer uma cartografia das comunidades pontuando os serviços que possuem; os grupos; a rede social que dinamiza a vida comunitária; os projetos que movem os sujeitos da comunidade; as redes lúdicas, de apoio mútuo, de ensino e aprendizagem e de serviços de proximidade que ali existem; e as especificidades socioculturais presentes no território.

O território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (Santos, 2000, p. 22)

A linguagem cartográfica, o desenho, os mapas que simbolizam o terreno e suas características, nos permitem olhar o espaço construído da cidade, de suas periferias, de suas áreas rurais, uma representação do lugar de existência, e da

comunidade, entendida como uma forma de representação desse espaço e das condições de vida presentes, de seu uso e de suas ofertas.

Pode-se começar conhecendo os serviços da assistência social, os de educação e os de saúde, que têm relação de trabalho com o PBF: quais atendimentos e quais relações mantêm com as famílias, as crianças, os adolescentes, beneficiários do PBF e PAIF? Quais demandas permanecem não atendidas?

A cartografia é um processo coletivo. Construir uma cartografia da comunidade local pode ser um primeiro projeto de grupo de famílias promovendo a conscientização sobre as relações sociais no território. Pode tornar-se, também, elemento mobilizador mais amplo, ao ser incorporado numa atividade de vários grupos e ainda apresentado a agentes governamentais e lideranças da comunidade, para debater o existente e o necessário. A cartografia construída pode ser apresentada nas escolas e fazer parte de um evento comemorativo da comunidade ou da cidade. Além de ser uma dinâmica participativa, a cartografia pode apontar para as relações de poder na comunidade e indicar onde é possível haver maior participação dos cidadãos.

A criação e produção de cartografia da comunidade é um processo criativo. Permite a utilização de vários meios: desenhos, fotografias (antigas ou recentes), colagem e depoimentos de moradores, por exemplo. Pode incluir serviços, praças, os lugares de lazer e de oração; fazendo uma agenda de seus principais eventos, onde ocorrem, qual sua importância.

Após identificar os recursos mais visíveis da comunidade, passa-se a investigar as relações entre eles: as que existem e as que deveriam existir. Destacar que os processos de articulação partem do princípio da intersetorialidade e da complementaridade entre serviços das políticas públicas e sociais, e que o

protagonismo dos sujeitos sociais da comunidade é indispensável para produzir alterações na qualidade de vida da população. Para articular é preciso identificar, conhecer, envolver e socializar tanto informações quanto poder.

Uma vez construída a Cartografia da Comunidade, é possível traçar um Plano de Ação, com seus objetivos, estratégias e projetos. Ao se passar para a ação, é importante recordar que o território é parte integrante de um conjunto de relações sociais e políticas que ultrapassam suas fronteiras, que o integram à cidade. Dessa forma, o agir em função de prioridades e projetos coloca a comunidade numa perspectiva de protagonismo.

Sobre projetos para ações comunitárias

Um projeto começa com a identificação de um “problema”, que pode ser definido, nesse contexto, como uma situação indesejável sobre a qual se quer e se pode intervir. Portanto, do ponto de vista da ação, uma situação é elaborada como problemática e como um desafio por um sujeito determinado. No contexto comunitário, este sujeito será coletivo: um conjunto de cidadãos, de adolescente ou de famílias, por exemplo. O próprio sujeito se constitui, pois a ação coletiva é fruto não *apenas* do compartilhamento de uma situação objetiva, mas também pela identificação comum do problema e por relações de solidariedade entre os membros do grupo afetado. Portanto, elaborar um projeto é parte de um processo de mobilização e expressa um acordo para a ação por parte dos membros do grupo.

Um projeto de ação se propõe a alterar um (ou mais) aspecto da realidade: a *mudança* que se busca é o objetivo do projeto. Para alcançá-la precisa-se mobilizar recursos materiais e humanos, angariar apoios e superar obstáculos. Ou seja, estabelece-se uma estratégia, a qual pode ser alterada conforme mudarem as circunstâncias, desde que o grupo concorde. Caso contrário, a coesão do sujeito coletivo pode ser

comprometida.

Um projeto tem começo, meio e fim. Um grupo pode se colocar mais de um objetivo, simultânea ou sequencialmente. Mas, objetivos distantes ou muito amplos tendem a dispersar o grupo e são mais próprios de movimentos sociais ou partidos do que de ações comunitárias.

A interação no grupo pode estimular a consciência, a auto-estima e a solidariedade. Mas a participação tem, igualmente, seus custos, como tempo e energia. Além disso, é freqüente a pergunta: por que eu participarei se os outros membros da comunidade que não incorreram nos custos também vão usufruir dos benefícios que a ação coletiva vier a conquistar?

Para manter e estimular a participação, é importante minorar os custos da participação e combater o individualismo. Como fazê-lo? Eis algumas sugestões:

- 1) - manter o grupo democrático e acolhedor, facilitando o uso da palavra e o acesso a informações;
- 2) - dividir tarefas;
- 3) - fazer reuniões objetivas;
- 4) - conseguir uma boa infra-estrutura para reuniões;
- 5) - escolher locais e horários adequados;
- 6) - alternar reuniões organizativas com outras de caráter lúdico, social ou cultural para promover a solidariedade entre os membros; e
- 7) - estabelecer etapas intermediárias na realização do projeto: isso possibilita que todos percebam o andamento do projeto e a conquista de pequenas vitórias que aparecem no cotidiano.

Eixo de Ação 3:

Apoio a ações locais de interação cultural entre as famílias

As relações de reciprocidade entre pessoas, famílias e grupos podem ser estimuladas através de ações que incentivem as trocas culturais em torno de questões da comunidade. São ações voltadas para toda a comunidade, mas podem priorizar as famílias atendidas pelo PAIF. A diferenciação apresentada a seguir tem o objetivo de apontar as possibilidades sem, no entanto, esgotá-las. A interação entre os moradores, famílias e grupos de moradores pode ser desenvolvida através de procedimentos como:

- manutenção de um espaço cultural, como uma sala de leitura, que sirva de referência para a população do território de abrangência;
- programação cultural para crianças, como uma hora da história mensal;
- manutenção de um espaço comunitário para atividades de lazer, esportes e cultura, com participação da comunidade no planejamento do seu uso e de suas atividades;
- promoção de atividades interativas entre grupos que participam de diferentes programas sociais, tais como: entre os idosos de um grupo de convivência e as crianças atendidas em um centro de educação infantil, compartilhando um dia de contar contos;
- exposição para a comunidade da produção havida nos programas e grupos, tais como: uma exposição dos trabalhos de artesanato dos grupos de convivência para idosos ou a apresentação de peças de teatro produzidas por crianças, adolescentes e jovens, entre outros; e
- comemorações que conjuguem informação, interação e mobilização na comunidade, como o Dia do Idoso ou uma Rua de Lazer.

5 – Metodologia de trabalho com as famílias

Neste capítulo serão apresentadas as estratégias para a atuação da equipe do PAIF com as famílias a serem acompanhadas, tanto em abordagem individual quanto em grupos de famílias.

Antes de abordar em detalhe as estratégias, serão apresentados alguns procedimentos que poderão ser utilizados, de acordo com a avaliação da equipe do PAIF.

5.1 Procedimentos

a) Definição de técnico de referência:

Ao serem encaminhadas para o CRAS, as famílias que serão acompanhadas devem ter um “técnico de referência”, assistente social ou psicólogo que atua no PAIF. Cada técnico terá um número de famílias sob sua responsabilidade para fazer o acompanhamento familiar.

Assim, é o técnico de referência que prepara a abordagem a ser feita com a família que está sob sua responsabilidade. Para tal, deve articular os recursos necessários, buscando a colaboração de profissionais da rede, principalmente dos agentes comunitários de saúde e educadores, a fim de melhor contatar, sensibilizar e acompanhar cada família, fazendo encaminhamentos com acompanhamento, visitas domiciliares e entrevistas.

b) Busca ativa das famílias:

A “busca ativa” é uma estratégia para o conhecimento das condições de vida das famílias no território, bem como para localizar e contatá-las, seja através de visitas domiciliares ou de entrevistas marcadas no CRAS. Outros agentes (saúde e educação) da rede de serviços no território poderão ser utilizados para fazer contato com a família, em ação intersetorial.

O gestor do PBF local deve informar ao CRAS a localização das famílias beneficiárias do PBF. Serão utilizadas as informações do CadÚnico e os informes sobre o acompanhamento das condicionalidades. A partir das informações recebidas, o CRAS efetuará a busca ativa das famílias do PBF, moradoras do território, prioritariamente daquelas que não estão cumprindo as condicionalidades e que apresentam situação de maior vulnerabilidade. Entretanto, a localização e o contato com as demais famílias, em seu duplo estatuto de serem atendidas pelo PBF e moradoras do território de abrangência do CRAS, podem ser estratégicos para o desenvolvimento de ambos os programas.

c) Acolhimento às famílias no CRAS:

O “acolhimento” de todas as famílias no CRAS inclui a sua recepção, a escuta de suas demandas, a inserção nos serviços socioassistenciais e o encaminhamento aos serviços das políticas públicas e sociais, a partir dos objetivos do trabalho a ser desenvolvido pelo PAIF, e do levantamento das possibilidades existentes na rede de serviços. O “acolhimento” das famílias é estratégia fundamental para a criação e fortalecimento do vínculo entre o serviço, a família e a comunidade. As famílias devem identificar o CRAS como local de referência na busca de apoio e acesso aos serviços socioassistenciais e sua participação nas atividades grupais e comunitárias.

d) Entrevista com a família:

A “entrevista” com a família é um procedimento que pode ser realizado no CRAS ou no domicílio. Trata-se de uma atenção sistematizada quando se procura escutar a família, conhecer as suas condições e sua história, orientá-la e construir com ela possibilidades de compreensão e de ação diante de suas vulnerabilidades e potencialidades. Para fazer a entrevista, os técnicos deverão se basear nos dados já existentes sobre a família (CadÚnico e outros) e se orientar por roteiros, fichas e instrumentos de entrevistas.

As entrevistas são realizadas pelos técnicos do PAIF (psicólogo ou assistente social) que podem, dependendo da abordagem do caso, solicitar a colaboração de outros trabalhadores das políticas sociais para realizar entrevistas, complementar dados ou acompanhar encaminhamentos feitos.

e) Visitas domiciliares:

A “visita domiciliar” é uma atenção sistematizada prestada na unidade domiciliar, que visa:

- possibilitar compreensão, registro e análise de dados sobre a dinâmica da vida familiar, suas vulnerabilidades e potencialidades;
- prover estímulo e orientação à família na busca de soluções e na construção de um projeto de superação de suas vulnerabilidades;
- identificar necessidades e realizar encaminhamentos para a rede de atendimentos, local e/ou de proteção especial;
- acompanhar os encaminhamentos realizados; e
- estimular e mobilizar a família para participação no serviço, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Na metodologia de articulação do PBF/PAIF, a visita domiciliar apresenta-se como importante procedimento para a “busca ativa” de famílias, priorizando aquelas que não estão cumprindo as condicionalidades ou que, mesmo cumprindo-as, estão em condições de vulnerabilidade pronunciada, como a falta de acesso aos direitos básicos ou presença de indícios de violência doméstica e outras situações.

A “visita domiciliar” é desenvolvida a partir de um foco previamente definido e deve se pautar pelo respeito à privacidade da família, tanto no que diz respeito à receptividade para entrevista quanto à disponibilidade para responder a perguntas específicas. Será o procedimento escolhido sempre que: a) a entrevista no serviço não for possível; b) o contato com a família em seu domicílio se configurar como necessário para fazer o contato com as famílias em descumprimento de

condicionalidades e/ou para o apoio e orientação da família; e/ou c) que a identificação de vulnerabilidades e potencialidades necessitar de avaliação *in loco*, contextualizada e orientada por um foco, como, por exemplo, compreender as razões para o descumprimento das condicionalidades.

As visitas domiciliares serão efetuadas pelos técnicos do PAIF. O técnico de referência de cada família (psicólogo ou assistente social) pode solicitar a colaboração de outros profissionais da rede de serviços, tais como o agente comunitário de saúde, o agente de segurança alimentar e outros, para fazer, eventualmente, a visita domiciliar ou acompanhá-lo nesta atividade, dependendo da estratégia utilizada para a abordagem e o acompanhamento de cada família.

f) Grupos:

O trabalho com “grupos” procura combinar várias modalidades dirigidas a diferentes objetivos dos programas, a fim de contribuir para: a circulação de informação, a escuta e orientação mais apurada de pequenos grupos de famílias, a promoção de reflexão sobre as relações familiares e comunitárias, o desenvolvimento de capacidades das famílias e a mobilização da comunidade.

5.2 Estratégia de acompanhamento em grupos de famílias

As famílias atendidas na articulação PBF/PAIF, prioritariamente aquelas em descumprimento de condicionalidades e/ou com vulnerabilidades pronunciadas, serão convidadas a participar do atendimento em grupos. Contudo, serão encaminhadas a diferentes tipos de grupos conforme o interesse da família e ou a percepção do técnico sobre suas necessidades e demandas.

O grupo é uma instância de socialização dos sujeitos, através da ação e interação de seus membros. No grupo, a experiência de cada um pode ser comunicada e receber novos sentidos; as atitudes de cada membro podem ser

repensadas; e as relações novas podem trazer a possibilidade de revisão e superação do que foi anteriormente vivido.

Um grupo pode ser definido como um conjunto de pessoas ligadas por objetivos em comum, articuladas por sua mútua representação de se constituir como um grupo e que se propõe, de forma explícita ou implícita, a uma tarefa, criando para isto regras, papéis e relações internas ao grupo.⁴ Os grupos podem tomar diferentes formas e ser dirigidos para diferentes objetivos. O que faz a diferença entre os tipos de grupos não são apenas os aspectos formais (como número de participantes e número de encontros); mas são principalmente os seus aspectos dinâmicos, isto é, a forma como, no grupo, estão organizadas as ações e relações de poder e de comunicação.

O grupo está sempre em relação com o seu contexto socioinstitucional. Trabalhar a família como grupo, ou trabalhar com grupos de famílias, implica pensar essa relação. Assim, o grupo é utilizado como um instrumento de promoção das famílias e da comunidade, por meio do desenvolvimento de suas capacidades de “convivência”, de “reflexão” e de “ação”. Embora essas dimensões estejam entrelaçadas, vamos defini-las a seguir, para melhor compreensão do trabalho com grupos no Programa.

Em um trabalho de grupo, a informação é o insumo básico a ser introduzido visando mudanças de representações e práticas. Por exemplo: informar sobre o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente é um passo importante em um trabalho com famílias. Contudo, a informação isolada de um processo de sensibilização e reflexão surte efeitos limitados. Nem sempre há mudança efetiva.

O trabalho busca, então, articular diversas dimensões do grupo que propiciam a mudança social através da transformação das crenças, práticas e relações dos sujeitos sociais. Em todos os grupos existem as dimensões da informação, da convivência, da reflexão e da ação. Os grupos se diferenciam pela

⁴ Pichon-Rivière, 1980.

maneira como articulam essas dimensões, dando ênfase a uma delas e mantendo as outras em um nível mais básico.

No grupo socioeducativo, enfatiza-se a informação. Através desta, as famílias podem conhecer melhor seus direitos e ser estimuladas a desenvolver suas potencialidades.

No Grupo de Convivência Familiar, enfatiza-se a dimensão da convivência. Nesta, busca-se desenvolver: o sentimento de pertencimento, de identidade e de integração do grupo; o compartilhamento de objetivos, ideais e estratégias de ação; a relação do grupo com a comunidade e a sociedade; a capacidade de participar, de comunicar, de seguir regras, de negociar objetivos, estratégias e regras de ação e interação; a capacidade de produzir consensos e de negociar conflitos dentro de regras de negociação; e diversos outros aspectos relativos ao vínculo social. Trabalhar nesta dimensão significa criar situações em que tais capacidades possam ser desenvolvidas, a fim de empoderar os indivíduos e suas famílias.

No Grupo de Desenvolvimento Familiar, enfatiza-se a dimensão da reflexão. Nesta, busca-se aprofundar e desenvolver aspectos específicos da vida familiar e comunitária: o grupo é dinamizado para que venha a sistematizar e refletir sobre uma dada questão que diz respeito à experiência do grupo e de seus participantes; é estimulada a capacidade de relacionar as idéias que surgem com diretrizes para a ação e projetos de vida; e é trabalhado o apoio afetivo e moral do grupo para a transformação das crenças e atitudes dos seus membros.

É fundamental compreender que essas dimensões nunca existem de maneira isolada. Porém, é possível, em trabalhos de grupo, dar ênfase especial a uma das dimensões, visando desenvolver determinados aspectos do grupo e dos participantes.

A seguir, são descritos os objetivos e a forma de organizar e de conduzir cada um desses grupos, bem como as dimensões neles exploradas para o trabalho socioeducativo. Apresenta-se um exemplo de planejamento de encontro para cada tipo de grupo e um quadro comparativo entre eles. Não é demais lembrar que os

grupos estão previstos como procedimentos de trabalho tanto no acompanhamento individualizado das famílias quanto no trabalho comunitário.

5.2.1 - Grupo Socioeducativo

No Grupo Socioeducativo (GSE), enfatiza-se a difusão de informação e a articulação com a comunidade.

O GSE trabalhará temas básicos e atividades de interesse das famílias, promovendo a informação e o empoderamento das famílias para a superação de problemas, bem como mobilizando para ações de interface e intersetoriais. Poderá se constituir em um espaço de discussão de potencialidades e projetos das famílias, articulado com o trabalho comunitário. Todas as famílias serão convidadas ao GSE, tendo prioridade aquelas em descumprimento de condicionalidades. A participação não é obrigatória (obrigatório é o cumprimento das condicionalidades). Haverá pelo menos um GSE, em funcionamento contínuo, em cada território, dependendo do número de famílias atendidas.

Como organizar: Periodicidade mensal, número de participantes de até 50, fluxo contínuo (ao longo de todo o ano), funcionamento aberto e rotativo (o que significa constante entrada e saída de famílias segundo o fluxo do programa), uso de recursos lúdicos e educativos e condução intersetorial. Cada encontro é independente dos outros. Os temas são escolhidos a partir de matrizes temáticas relacionadas às áreas da assistência, da saúde e da educação, sempre enfatizando a cidadania, a vida familiar e comunitária. A participação no GSE é preferencialmente do responsável pela família, mas a participação dos demais membros adultos da família deve ser estimulada e aceita como forma de circulação do conhecimento produzido entre os membros do grupo.

Objetivos: O GSE deve ser desenvolvido em local adequado quanto ao número de participantes, acessibilidade e favorecimento da interação grupal. Participarão famílias atendidas no PBF, sem distinção de condição de cumprimento ou não de condicionalidades. Deverá estar sempre presente um coordenador. O

tempo de duração sugerido é de 90 minutos, com um mínimo de 60 e um máximo de 120 minutos. Algumas atividades podem requerer um tempo diferenciado, como um passeio ou a realização de uma “rua de lazer”.

Como conduzir: O coordenador do grupo tem a seu encargo a organização dos encontros, a escolha e o planejamento das atividades e temas, o uso de recursos lúdicos e educativos. Embora seja essencial a escuta do grupo para a escolha de temas, a coordenação tem um papel mais diretivo na condução dos encontros do que nos outros tipos de grupo. O Grupo Socioeducativo faz articulação com o trabalho comunitário, servindo de ligação entre as famílias do PBF e grupos comunitários no território, bem como fomentando a formação de “grupos de desenvolvimento comunitário”

Exemplo de planejamento de encontro - Grupo socioeducativo

GRUPO SOCIOEDUCATIVO (tempo 1 a 2 horas)			
Data _____ Coordenador _____ () CRAS			
Tema/Tarefa principal: _____			
Momento	Atividade	Tempo aproximado	Objetivos informativo
PREPARAR	Aquecimento (pode ser feito através de um recurso lúdico ou educativo, especialmente voltado para a sensibilização para o tema do dia)	15 minutos	1) Este objetivo é relativo à sensibilização para o trabalho com o tema do dia.

Momento	Atividade	Tempo aproximado	Objetivos (informativo)
TRABALHAR	Tema ou Tarefa do dia (vinculado aos temas básicos do BF, tais como direitos, desenvolvimento infanto-juvenil, idades da vida e outros temas que as famílias podem sugerir).	45 minutos	Este objetivo é relativo à informação. Os temas são escolhidos de acordo com as necessidades e demandas das famílias: 1) compreensão e apropriação da informação; 2) pertinência da informação à lógica da promoção dos direitos e dos vínculos familiares e comunitários; e 3) explorar a operacionalização desta informação na vida cotidiana.
AVALIAR	Momento de conclusão (conhecer as opiniões do grupo e reações à informação transmitida, sugestões, combinados, avisos, etc.).	30 minutos	Este objetivo é relativo à conclusão: 1) valorizar a realização do grupo; 2) organizar para os próximos encontros e/ou outras atividades; 3) avaliar como o grupo está caminhando; e 4) propiciar um momento de confraternização.

5.2.2 - Grupo de Convivência Familiar

O Grupo de Convivência Familiar enfatiza a dimensão da convivência e equivale ao modelo de “Oficina de Convivência” constante no Guia de Orientação



Técnica – SUAS, nº 1. Envolve encontros periódicos com um conjunto de pessoas que vivenciam questões de interesse comum, questões estas que serão compartilhadas e refletidas coletivamente através de metodologias diversas e enfatizando a dimensão da convivência. Em cada território, haverá pelo menos um grupo de convivência, de funcionamento contínuo e aberto, para o qual serão encaminhadas as famílias cujo técnico de referência avalie que necessitam desenvolver as habilidades sociais relacionadas à convivência e sociabilidade – preferencialmente, mas não apenas, as famílias em descumprimento de condicionalidades.

Objetivos: Desenvolver a sociabilidade dos participantes, criar situações em que se possa experimentar a construção, o respeito e a transformação de regras; desenvolver as habilidades de argumentação e comunicação; estimular a cooperação; e experimentar formas éticas de resolução de conflitos. A discussão de temas pode ou não ser levada a cabo, dependendo dos interesses do grupo. Uma forma de aproximar este “Grupo de Convivência” da cultura da população atendida é vinculá-lo a uma atividade prática, que se colocará aqui declaradamente como um elemento de agregação, desenvolvimento e mobilização do grupo. Tomemos como exemplo a construção de uma “colcha de retalhos”. Nesse caso, é fundamental que a condução do grupo não inverta os seus objetivos, privilegiando a atividade prática em detrimento do desenvolvimento das habilidades comunicativas e associativas.

Como organizar: As famílias serão convidadas a participar de um “grupo de convivência” que terá suas regras e atividades escolhidas em ação conjunta da coordenação com o grupo, em processo de construção coletiva. A participação pode ser de um dos adultos responsáveis pela família ou de qualquer outro membro, dependendo da avaliação feita pelo técnico de referência da família. Os encontros serão semanais ou quinzenais. O grupo de convivência admite certa flutuação de frequência. Serão toleradas até 3 faltas seguidas sem justificativa relevante. O grupo é aberto e pode ter até 30 participantes. O tempo de duração do encontro é variável conforme combinação feita, a atividade a ser vivida etc. Sugere-se o tempo ideal de

90 minutos, com um mínimo de 60 minutos, podendo esse tempo ser ampliado conforme as atividades desejadas (uma palestra, um piquenique etc.).

Como conduzir: O grupo definirá e escolherá as suas atividades ao longo do processo. Essa escolha pode ser prévia ou acontecer no próprio encontro, dependendo da necessidade. O técnico pode fazer sugestões de atividades e temas, ajudar a organizar materiais e sugerir técnicas de dinamização de grupo, conforme as necessidades percebidas no contexto do programa. É importante que o grupo aceite, ainda que parcialmente, essas sugestões, para que sejam realizadas com proveito. O grupo de convivência será coordenado por uma pessoa. Poderão ser convidadas pessoas para fazer palestras, exposições etc.

Exemplo de planejamento de encontro

Grupo de convivência familiar

GCF (tempo 2 horas) Data _____ Coordenador _____ () CRAS Tema/Tarefa principal: _____			
Momento	Atividade	Tempo aproximado	Objetivos (podem ser tanto de convivência quanto de desenvolvimento de uma tarefa ou aprendizagem). As atividades e temas são escolhidos de acordo com os interesses e demandas do grupo.
PREPARAR	Roda de Conversa (é uma conversa inicial. Pode ser usada uma técnica lúdica para facilitar a interação e a comunicação)	30 a 45 minutos	Este objetivo é relativo à convivência do grupo. Escolha um ou mais destes: 1) promover a convivência, interação e troca de experiências; 2) estimular as habilidades pessoais e sociais (ex: memória e a comunicação); e 3) sensibilizar para a atividade seguinte.

Momento	Atividade	Tempo aproximado	Objetivos (podem ser tanto de convivência quanto de desenvolvimento de uma tarefa ou aprendizagem). As atividades e temas são escolhidos de acordo com os interesses e demandas do grupo.
TRABALHAR	Tema ou Tarefa do dia (se o grupo tem uma atividade principal (ex: artesanato) este é o momento de se dedicar a ela. Se planejou outra atividade para este dia (por ex: uma palestra), será o momento de realizá-la. Aqui também, se a coordenação achar útil, pode usar uma técnica lúdica para facilitar a discussão).	60 a 90 minutos	Este objetivo é relativo à tarefa principal do grupo ou tema do dia. Escolha um ou mais: 1) desenvolver as tarefas do grupo (ex: técnicas de artesanato); 2) informar e refletir sobre questões de interesse do grupo (ex: uma palestra sobre direitos do idoso ou uma conversa sobre a relação entre o idoso e a família); 3) desenvolver habilidades pessoais e sociais (exemplo, a memória e a comunicação); e 4) fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Momento	Atividade	Tempo aproximado	Objetivos (podem ser tanto de convivência quanto de desenvolvimento de uma tarefa ou aprendizagem). As atividades e temas são escolhidos de acordo com os interesses e demandas do grupo.
AVALIAR	Palavra Livre e/ou Lanche (neste momento, junto ou antes do lanche, ou da despedida, conversar sobre o que acharam do dia, fazer combinados, dar idéias etc.)	30 minutos	Este objetivo é relativo ao “fechamento” do dia. Escolha um ou mais destes: 1) valorizar a realização do grupo; 2) organizar as atividades dos próximos encontros; 3) avaliar como o grupo está caminhando; e 4) propiciar um momento de confraternização.

5.2.3 - Grupo de Desenvolvimento Familiar

O Grupo de Desenvolvimento Familiar enfatiza a dimensão da reflexão. Trata-se de um trabalho estruturado com grupo de usuários ou de famílias, com definição de uma questão sobre relações familiares e/ou comunitárias que o grupo se propõe a elaborar, com recursos lúdicos, interativos e reflexivos que facilitem a reorganização de suas formas de pensar, sentir e agir diante de tal questão. Busca articular as dimensões de reflexão e convivência. Serão desenvolvidos pelo CRAS e/ou de maneira intersetorial pelo CRAS com as áreas da saúde e da educação. São

exemplos: grupo de reflexão sobre os direitos da criança pequena, sexualidade na adolescência etc.

Objetivos: Refletir sobre uma questão relacionada à dinâmica familiar e/ou comunitária, que diga respeito à experiência dos participantes. Para tal, os participantes precisam trabalhar com suas relações com o tema, suas dificuldades e potencialidades (dimensão de convivência). Assim, a reflexão não se restringe a uma dimensão cognitiva, mas envolve a compreensão da experiência e atitudes no cotidiano. O trabalho baseia-se na promoção da comunicação, permitindo a troca de experiências de forma não banalizada e pertinente ao contexto. A reflexão se articula com a convivência e pode eventualmente proceder à produção de algum produto no grupo. Contudo, nesse grupo, tanto a convivência quanto a produção são relativas ao objetivo de "reflexão". O grupo pode combinar, por exemplo, uma troca de receitas, e fazer salgados em um dia, sem necessariamente se tornar um "grupo de produção". Pode fazer um passeio sem que necessariamente se torne um "grupo de convivência".

Como organizar: O grupo será semanal (de preferência) ou quinzenal, com número mínimo de 5 e um número máximo de 15 participantes. O grupo é "fechado", isto é, é definido um número dado de participantes, com problemáticas comuns. O tempo de duração média é de 90 minutos, com um mínimo de 60 minutos. O tempo pode ser ampliado para atender a alguma atividade específica, como um passeio, um lanche, e outras. De qualquer forma, o tempo dedicado à discussão e reflexão deve ser bem equilibrado com a capacidade do grupo de concentração e sistematização. O número de encontros é variável, conforme a necessidade do grupo e a avaliação das possibilidades dos técnicos e dos participantes no contexto. A participação pode ser de um dos adultos responsáveis pela família ou de qualquer outro membro, dependendo da avaliação feita pelo técnico de referência da família.

Como conduzir: O grupo de Desenvolvimento Familiar será conduzido por um coordenador. Eventualmente, poderão ser convidadas pessoas que farão uma

apresentação, um debate etc. Nessas ocasiões, a coordenação do grupo continuará ativa, "integrando" a pessoa convidada como parte da programação, mesmo que delegando a ela as tarefas fundamentais do dia (uma palestra, uma atividade com o grupo etc.).

O planejamento é flexível, levando em conta o contexto, o público, a demanda e os recursos disponíveis, em uma seqüência de procedimentos:

- (1) Criação de um Grupo de Desenvolvimento Familiar para o qual são encaminhadas até 15 famílias – preferencialmente, mas não apenas, aquelas em descumprimento de condicionalidades. O foco do Grupo de Desenvolvimento Familiar é uma subtemática da grande temática de "relações familiares e comunitárias", escolhida de acordo com as necessidades percebidas nas famílias participantes. São exemplos: sexualidade na infância e na adolescência, o cuidado com crianças pequenas, convivência familiar, etc.
- (2) Uma vez escolhido o foco do grupo e convidadas as famílias, estas serão ouvidas, desde o primeiro encontro, para sugerirem os temas e aspectos que gostariam de trabalhar dentro do foco. Esses temas escolhidos pelas famílias participantes são os "temas geradores", que serão abordados no grupo através de um planejamento flexível, em que a coordenação, sempre ouvindo o grupo, organizará cada encontro, trazendo materiais para reflexão e técnicas de dinamização do grupo (que incluem as técnicas para dinamizar os processos de sensibilização, interação, comunicação e reflexão). Os "temas geradores" estão dentro das áreas da assistência, saúde e educação, abordando, também, as relações familiares e comunitárias. Associam-se às condicionalidades, na medida em que enfatiza o seu aspecto de acesso aos direitos de cidadania, fazendo da discussão desses direitos um fio condutor.

Cada encontro é organizado em 3 momentos: a) um momento de "preparação", que prepara o grupo para o trabalho do dia, b) um momento de

"trabalho" que se inicia por uma sensibilização para a questão do dia (com ou sem o uso de técnicas lúdicas) e evolui para a comunicação no grupo, propiciando a reflexão; e c) um momento de "avaliação" e fechamento do trabalho do dia, com ou sem combinações para o encontro seguinte.

No Grupo de Desenvolvimento Familiar, os participantes têm um papel ativo na definição de objetivos, regras, estratégias e decisões. A relação ideal com a coordenação é de autonomia, o que deve se dar de maneira crescente, até mesmo incentivando os desdobramentos do grupo no que diz respeito à participação comunitária.

Exemplo de planejamento de encontro

Grupo de desenvolvimento familiar

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR "NOME DO GRUPO" (tempo 2 horas)			
Data _____ Coordenador _____ () CRAS			
Tema/Tarefa principal: _____			
Momento	Atividade	Tempo aproximado	Objetivos (estão ligados à dinâmica das relações familiares e comunitárias. Os temas são escolhidos pelo grupo de acordo com seus interesses e demandas)
PREPARAR	Roda de Conversa ou Atividade de aquecimento, e/ou de sensibilização e problematização do subtema emergente.	30 a 45 minutos	<ol style="list-style-type: none"> 1) promover a interação, os vínculos grupais; 2) sensibilizar para a atividade seguinte; e 3) problematizar as questões emergentes.

Momento	Atividade	Tempo aproximado	Objetivos (estão ligados à dinâmica das relações familiares e comunitárias. Os temas são escolhidos pelo grupo de acordo com seus interesses e demandas)
TRABALHAR	Tema ou Tarefa do dia (os subtemas escolhidos pelo grupo serão abordados através de recursos lúdicos e/ou reflexivos, combinados a outras formas de informação clarificação e reflexão).	60 a 90 minutos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolver a reflexão do tema emergente; 2) relacionar o tema à própria experiência; 3) clarificar e possibilitar apoios mútuos; e 4) promover a operatividade das informações, reflexões e as atitudes de superação de dificuldades.
AVALIAR	Momento de avaliação (sistematizar, fazer combinados, dar idéias etc.).	30 minutos	<ol style="list-style-type: none"> 1) Valorizar a realização do grupo; 2) organizar as atividades dos próximos encontros; 3) avaliar como o grupo está caminhando; e 4) propiciar um momento de confraternização.

**Quadro comparativo entre os grupos
aspectos formais e dinâmicos**

Tipo de Grupo	Aspectos formais	Aspectos dinâmicos	Objetivos do encaminhamento a este grupo
GRUPO SOCIOEDUCATIVO (Ênfase: Informação)	Até 50 pessoas “Rotativo e aberto” Encontros “independentes” Mensais	Centralização da coordenação Ênfase na informação Recursos lúdicos Temas: matriz relacionada ao programa e sugestão das famílias.	Transmitir informações sobre direitos de cidadania; problematizar questões relacionadas à vida das famílias e da comunidade; e propiciar articulação entre o trabalho com famílias e o trabalho com a comunidade.
Tipo de Grupo	Aspectos formais	Aspectos dinâmicos	Objetivos do encaminhamento a este grupo
GRUPO DE CONVIVÊNCIA (Ênfase: convivência)	Até 30 pessoas Pode ser “aberto” mas com pouca rotatividade. Preferência “fechado” Encontros subsequentes em um conjunto de encontros Quinzenais. Desenvolvimento de habilidades sociais e comunicacionais.	Interatividade, comunicação, participação, autonomia. Temas: Escolhas do grupo, Horizontalidade na relação coordenação/grupo Foco aberto: convivência. Pode haver uma atividade principal, para facilitar a mobilização das famílias para o grupo.	Desenvolvimento de habilidades pessoais, interpessoais e sociais de convivência e associação: comunicação, negociação, criação e respeito às regras, trocas de experiência, abertura para a aprendizagem, entre outras.

Tipo de Grupo	Aspectos formais	Aspectos dinâmicos	Objetivos do encaminhamento a este grupo
<p align="center">GRUPO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR (Ênfase: reflexão).</p>	<p>Até 15 pessoas “Fechado”, Encontros “seqüentes” Semanal ou Quinzenal Tema de reflexão escolhido junto ao grupo, com subtemas de seu interesse e/ou emergentes.</p>	<p>Interatividade, comunicação, participação, apoio mútuo, restauração de vínculos, fortalecimento de indivíduos e suas famílias. Foco: centrado na problemática grupal.</p>	<p>Reflexão e atuação consistente e aprofundada sobre temas relativos à dinâmica familiar e comunitária, à cidadania e inclusão social. A interação propicia confiabilidade para fluir um processo de fortalecimento de vínculos.</p>

5.2.4 - Plano de ação e dinâmica do acompanhamento com grupos de famílias

Na metodologia de articulação PBF/PAIF, serão oferecidos 3 tipos de grupos no acompanhamento às famílias (bem como outros tipos de grupos no trabalho com a comunidade):

- um "grupo socioeducativo", mensal e contínuo, de participação não obrigatória, para as famílias inscritas no PBF, prioritariamente aquelas em descumprimento de condicionalidades e/ou vulnerabilidade acentuada;
- pelo menos um "grupo de convivência familiar", semanal ou quinzenal, contínuo ou com tempo delimitado, para participação de famílias indicadas para tal; e
- pelo menos um "grupo de desenvolvimento familiar", semanal, a cada dois meses, para participação de famílias indicadas.

a) Encaminhamentos aos grupos:

- Em princípio, todas as famílias poderão participar do Grupo Socioeducativo, tendo prioridade aquelas em maior grau de vulnerabilidade e descumprimento de condicionalidades;
- As famílias (e seus membros) que denotarem dificuldades relativas às habilidades de comunicação, identificação, criação de regras e afins, serão prioritariamente encaminhadas ao Grupo de Convivência Familiar;
- as famílias (e seus membros) que denotarem dificuldades e potencialidades relativas a temas e questões específicos, serão encaminhadas aos Grupos de Desenvolvimento Familiar, o que inclui grupos de capacitação e produção;
- Inserção na rede de proteção social – a participação nos grupos pode eventualmente revelar necessidades e demandas não captadas pelo CadÚnico ou pelo acompanhamento individualizado da família e que devem também ser encaminhadas à rede de proteção social. Quando a equipe técnica identificar, nos grupos ou no acompanhamento individualizado da família, seus membros e indivíduos, violação dos direitos e não rompimento dos vínculos familiares e comunitários, estas famílias serão encaminhadas e acompanhadas pela equipe técnica para a proteção social especial de média complexidade.

b) Término do acompanhamento

Os grupos são oferecidos em modalidades diferenciadas no que diz respeito à sua continuidade e tempo de execução. O Grupo Socioeducativo é contínuo, sendo que cada encontro se constitui de forma semi-independente, não se podendo falar em "término", neste caso. O Grupo de Convivência Familiar pode ser oferecido também de forma continuada: o grupo é constante e as famílias que o integram o fazem por

um dado período de tempo, idealmente, por um mínimo de 4 meses e um máximo de 1 ano. Nesse caso, não é o grupo que termina e sim a participação de uma dada família, na medida em que se considere que o seu desenvolvimento foi promovido e que a sua participação em outras instâncias se torna mais importante. O Grupo de Convivência Familiar também pode ser oferecido com base em um tempo definido de 4 meses, nesse caso com um número fixo de famílias participantes desde o seu início. Já o Grupo de Desenvolvimento Familiar é planejado para um tempo determinado, sendo o seu término previsto com antecedência. O trabalho de cada grupo será avaliado através de uma ficha de avaliação, cujos resultados serão encaminhados ao gestor do PBF.

5.3 – Estratégia de Acompanhamento individualizado da família

O acompanhamento individualizado da família está pautado em uma concepção de processo de desenvolvimento familiar. Seu objetivo é fortalecer e apoiar a família no enfrentamento de vulnerabilidades, na potencialização de suas capacidades e no desenvolvimento de sua autonomia, atuando sobre o cumprimento das condicionalidades.

5.3.1 - Para quais famílias?

O acompanhamento individualizado destina-se:

- prioritariamente, a famílias que não estão cumprindo as condicionalidades estabelecidas no PBF, visando criar condições para que venham a cumpri-las e potencializar a família para a autonomia; e
- a famílias que, nas outras instâncias de atendimento, demonstraram a necessidade de apoio individualizado para o enfrentamento de vulnerabilidades, visando a sua autonomia.

É fundamental planejar o acompanhamento da família que não está cumprindo as condicionalidades do PBF dentro do cronograma previsível para as sanções relativas ao descumprimento das condicionalidades. Embora o trabalho socioeducativo e as sanções partam de diferentes instâncias e não ocorram de forma entrelaçada, é importante que a rede mantenha uma coerência diante dessas ações.

Assim, as etapas do acompanhamento individualizado da família devem ser cumpridas de maneira articulada aos prazos estabelecidos pelo Art. 14 da Portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, que versa sobre a aplicação de sanções em razão do descumprimento das condicionalidades do PBF.

O acompanhamento familiar não suspende o cronograma de aplicação de sanções. Assim, é preciso agilizar o atendimento, para se conhecer as razões de descumprimento das condicionalidades e prevenir tanto a violação de direitos quanto o desfecho do caso em cancelamento do benefício. É preciso tentar reverter a situação de descumprimento das condicionalidades o mais rapidamente possível, ainda que a família permaneça sendo acompanhada por um período variável, pois voltar a cumprir as condicionalidades não é garantia de que as vulnerabilidades foram superadas.

Por exemplo: se a condicionalidade que não está sendo cumprida é a frequência escolar, há que se conhecer a causa e trabalhar sobre ela. A condução do caso pode mudar se a causa for negligência ou trabalho infantil ou violência doméstica. O técnico de referência deverá avaliar a necessidade de incremento das visitas domiciliares e entrevistas e de encaminhamentos à rede, inclusive de encaminhamentos aos serviços de proteção especial, no caso de alto risco para crianças e adolescentes.

O acompanhamento individualizado da família na articulação PBF/PAIF será desenvolvido em uma seqüência de 01 a 08 encontros, de acordo com a avaliação do técnico de referência junto com a família. A necessidade de aumentar o número de encontros deverá ser discutida com a coordenação do CRAS e o grupo gestor do PBF local. O espaçamento entre entrevistas e/ou visitas domiciliares deve

ser planejado junto à família, considerando os prazos oficiais do Programa para o estabelecimento de sanções (bloqueio, suspensão e desligamento) e as necessidades de desenvolvimento da família.

A família poderá recusar o acompanhamento familiar em qualquer uma de suas fases. Não haverá sanções por esta recusa. As sanções se aplicam apenas ao descumprimento das condicionalidades. A família poderá mudar a sua postura de recusa do acompanhamento familiar quando do recebimento da advertência para uma postura de aceitação quando da aplicação da suspensão. Neste caso, o processo se inicia na fase de entrevista diagnóstica, dando à família mais uma oportunidade de superação das suas dificuldades e fortalecimento de suas capacidades.

O acompanhamento individualizado da família é representado no fluxograma da metodologia de articulação PBF/PAIF. As etapas do acompanhamento serão explicadas a seguir.

5.3.2 - Dinâmica e etapas do acompanhamento individualizado da família

As etapas estão aqui diferenciadas em razão de seus objetivos principais. Entretanto é necessário enfatizar que mais de uma etapa pode ser cumprida em uma única visita domiciliar ou entrevista (por exemplo: fazer a entrevista diagnóstica e o plano de ação em uma mesma visita domiciliar), e também que uma mesma etapa pode necessitar de mais de uma visita domiciliar e/ ou entrevista. Um instrumento de acompanhamento individualizado da família pode ser encontrado em anexo.

1ª etapa - Identificação e discussão da situação da família no PBF

O gestor do PBF local indica para o CRAS a família que não está cumprindo as condicionalidades, o seu técnico de referência deve se reunir com os técnicos da saúde, da educação e do PBF que também atendem aquela família, para iniciar o seu estudo de caso, buscando compreender as suas características e traçar linhas de ação. É necessário não apenas identificar a ocorrência e o motivo do

descumprimento de condicionalidades, mas também os dados existentes sobre a família no CadÚnico. Esse levantamento de dados é importante para embasar e orientar os próximos passos, as visitas domiciliares e/ou entrevistas posteriores.

2ª etapa - Contato com a família: entrevista no CRAS e/ou visita domiciliar

Nesse contato, o técnico busca construir com a família um vínculo de confiança e empatia para: (1) conhecer o cotidiano de vida da família; (2) conversar sobre o recebimento da advertência, no caso de descumprimento de condicionalidades; (3) reiterar a importância do contrato do PBF e do desenvolvimento da família; e (4) oferecer apoio através do acompanhamento individualizado e grupal.

Assim, o técnico: informa a família sobre seus direitos e deveres; e convida-a e motiva-a a pensar sobre como garantir os seus direitos e cumprir com seus deveres, incluindo aqueles relacionados às condicionalidades. O técnico deve abordar de maneira aberta, mas delicada, a situação em que a família se encontra dentro do PBF, falando sobre a advertência recebida pela família, mas sempre acolhendo e argumentando que a família pode precisar de apoio e orientação para que possa novamente cumprir as condicionalidades e superar suas dificuldades. Deve ajudar a família a contextualizar a situação e contar a sua versão da história, sempre reafirmando a possibilidade de apoio e orientação para a mudança. A família deve compreender que o cumprimento das condicionalidades não é apenas uma exigência do PBF, mas a garantia de acesso a direitos sociais básicos, e que o acompanhamento individualizado é uma oferta de apoio e orientação. A adesão da família do PBF à participação nos serviços socioassistenciais do PAIF representa um compromisso do cumprimento das condicionalidades. Nos casos em que a família recusa-se à visita e/ou a dar informações no decorrer desta, o técnico deve reafirmar a existência do serviço e a necessidade de garantia dos direitos, oferecendo informações gerais, em especial sobre os direitos que supostamente estariam sendo

violados, e colocando-se à disposição para maiores esclarecimentos no CRAS. Se a recusa da família for circunstancial, isto é, motivada apenas pela impossibilidade de ser entrevistada naquele dado momento, o técnico deverá agendar com ela uma outra ocasião para a realização da visita ou para uma entrevista no CRAS.

Na abordagem, a família também deverá ser informada sobre o sigilo dos dados e a forma de trabalho do CRAS com os dados, no sentido de tranquilizá-la sobre o direito à privacidade e anonimato. Ao fim da entrevista, o técnico deverá agradecer à família e colocar-se à disposição no serviço para o seu atendimento.

Cumprido o propósito desta primeira visita domiciliar ou entrevista – estabelecer vínculos e retomar o diálogo –, o técnico pode passar à segunda etapa, de “estudo de caso”. Em muitas famílias, a etapa de estudo de caso pode acontecer na mesma visita domiciliar ou entrevista do primeiro contato com a família.

3ª etapa - Entrevista diagnóstica

Na seqüência, esta entrevista visa mapear dificuldades, inclusive aquelas para cumprir as condicionalidades, as vulnerabilidades sociais vividas e as potencialidades do grupo familiar diante desses riscos. Procura conhecer a realidade da família, sua dinâmica interna, suas crenças, práticas e relações de cuidado com suas crianças e adolescentes; sua situação de nutrição, moradia, ocupação e acessos a serviços básicos, entre outros fatores, de acordo com o CadÚnico e com outros instrumentos de registro e acompanhamento da família. Dessa forma, pode também identificar as ações necessárias de proteção à família, os encaminhamentos à rede de serviço, bem como ações de orientação socioeducativa.

4ª etapa - Plano de Ação

No processo de escuta desencadeado será elaborado, conjuntamente, com a família, um “plano de ação”, que incluirá os encaminhamentos necessários à rede de serviços e a orientação socioeducativa para o enfrentamento de suas dificuldades e desenvolvimento de suas potencialidades. Em alguns casos, o “plano de ação” pode

ser feito por ocasião da mesma entrevista ou visita domiciliar em que foi feita a etapa anterior.

O técnico prosseguirá o acompanhamento individualizado da família acionando uma ou mais das seguintes opções: (a) inserção na rede de proteção social; (b) Entrevistas de Acompanhamento; e (c) Participação em trabalho de grupos (Convivência Familiar e/ou Grupo de Desenvolvimento Familiar) e/ou comunidade.

a) Inserção na Rede de Proteção Social

Com a utilização dos dados obtidos por meio do CadÚnico, do Instrumento de Acompanhamento da Família (ver Anexo) e das entrevistas e visitas domiciliares realizadas, o técnico fará os encaminhamentos necessários para proteção dos direitos da família e de seus membros, levando em consideração os recursos existentes e mobilizando a rede para a efetividade dos encaminhamentos.

b) Entrevistas de acompanhamento

O técnico de referência manterá, se necessário, um acompanhamento individualizado da família, buscando identificar os problemas, potencialidades e projetos da família. Acolhe ao mesmo tempo em que reflete sobre a implicação da família em seus problemas e possíveis soluções. Ajuda a família a identificar pontos a serem fortalecidos e pontos a serem mudados em sua organização e em seu cotidiano, compreendendo melhor os direitos de cidadania, as fases do desenvolvimento da infância e da adolescência; e revendo sua dinâmica interna e desenvolvendo suas competências para dar conta de suas responsabilidades. Faz perguntas, sugere, esclarece, oferece informações, promove reflexão através de instrumentais e técnicas diversas. Usa instrumentos como cartilhas, jogos e técnicas para promover a reflexão da família e seu posicionamento diante

de seus problemas e responsabilidades. Incentiva e promove o retorno da família à situação de cumprimento das condicionalidades e de participação na comunidade.

c) Inserção em grupo socioeducativo, de convivência familiar e/ou de desenvolvimento familiar

A família poderá ser convidada a participar de grupos, se for avaliado que necessita desenvolver habilidades de comunicação e negociação em grupo, escuta e expressão, desenvolvimento de regras e limites, reflexão e protagonismo. A participação é estendida a qualquer pessoa da família, podendo participar mais de um membro. Por exemplo, pode-se avaliar que a mãe e a filha adolescente se beneficiariam ambas desta participação.

A inserção em grupos é a base da participação de todas as famílias na metodologia de articulação do PBF/PAIF. Assim, a família que estiver sendo acompanhada pode ser convidada a participar dos diversos grupos organizados no CRAS.

5ª etapa - Término do Acompanhamento

O técnico avalia junto à família o plano de trabalho desenvolvido. Avalia com a família os progressos feitos, as estratégias para a continuidade de seu desenvolvimento e a qualidade do acompanhamento individualizado. Convida-a a integrar o grupo socioeducativo e outros grupos associados ao desenvolvimento comunitário. Esclarece que os resultados do trabalho serão comunicados ao grupo gestor do PBF local. É importante lembrar que enquanto a família for moradora do território, continuará a ser usuária do CRAS e população alvo do PAIF, ainda que tenha sido desligada do PBF. Portanto, o término deste acompanhamento não significa necessariamente o término do trabalho com esta família no PAIF.

6ª etapa - Comunicação do resultado ao gestor do PBF

Ao fim do acompanhamento, os resultados do trabalho com família deverão ser encaminhados ao gestor do PBF. A este caberá, dentro dos prazos previstos, a decisão sobre o desligamento da família caso esta continue em descumprimento das condicionalidades.

6 –Referências Bibliográficas

ACOSTA, A. R.; Vitale, A. F. (org) **Família: Rede, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo, IEE – PUC-SP, 2003.

AFONSO, M. L. M. **Relatório final de consultoria para o Serviço de Orientação Sociofamiliar da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**, 2005.

_____. (org). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AFONSO, M. L. M. *et al.* **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ANTUNES, C. **Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia**. Petrópolis: Vozes, 10^a ed., 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). **Portaria MDS nº 551, de 09 de novembro de 2005**. Dispõe sobre a aplicação de sanções devido ao descumprimento das condicionalidades do PBF.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social – Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)** – Brasília, 2006.

BRIAR-LAWSON *et al.* **Family-Centered Policies and Practices – International Implications**. New York: Columbia University Press, 2001.

CARVALHO, M.; BARROS, R. P.; FRANCO, S. **Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)** In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (org). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo, IEE-PUC-SP, 2003.

FONSECA, M. T. M. N. **Famílias e políticas sociais: subsídios teóricos e metodológicos para a formulação e gestão de políticas com famílias**. Dissertação de mestrado, Fundação João Pinheiro, 2002.

FRITZEN, S. **Exercícios práticos de dinâmica de grupo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

GOBIERNO DE CHILE. Fondo de Solidaridad y Inversión Social – FOSIS. **Manejo Social del Riesgo**. Santiago de Chile, Agosto de 2002.

GONÇALVES, A. M.; PERPÉTUO, S. C. **Dinâmica de grupo na formação de lideranças**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, 7ª edição.

LÓPEZ-CABANAS, M.; CHACÓN, F. **Intervención Psicosocial y Servicios Sociales** – Un enfoque participativo. Madrid: Editorial Sintesis, 2003.

MACRUZ, F. *et al.* **Jogos de Cintura**. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1992, 2ª Ed.

MAGALHÃES, E. P.; AFONSO, M. L. M. *et al.* **Relatório final de Consultoria para os Núcleos de Apoio à Família da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**, 2004.

NOGUEIRA, A. D. **Família como co-responsável pela defesa dos direitos de suas crianças e adolescentes**. Monografia de Especialização. Curso de Especialização em Gerência de Assistência Social, Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2004.

PAULA, H. **Relações Humanas** - Caderno de Atividades. Petrópolis: Vozes, 1995

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

YOSHIDA, E. M.; ENÉAS, M. L. E.. **Psicoterapias Psicodinâmicas Breves** – propostas atuais. Campinas/São Paulo, Editora Alínea, 2004.

YOZO, R. Y. **100 Jogos para grupos** – uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Ágora, 1984.

ANEXO
Técnicas de Grupo

TÉCNICAS DE GRUPO

O propósito desta apresentação de técnicas é auxiliar a sua adaptação aos grupos da metodologia de articulação PBF/PAIF. É preciso ressaltar que:

A) O grupo e seus participantes devem ser respeitados em seu ritmo e disponibilidade para se engajar nas técnicas:

A coordenação dos grupos sempre deve considerar o desejo de participação do grupo, suas preferências, suas necessidades de estimulação e trocas interpessoais, o contexto do grupo, o seu momento de convivência, bem como a delicadeza necessária à condução de cada técnica. Os indivíduos serão convidados a participar, mas ninguém deve ser pressionado. Mesmo que a maioria do grupo queira participar, os indivíduos que não quiserem devem ter a sua vontade respeitada. Se a maioria do grupo não quiser participar, é melhor não fazer a técnica. Ao longo do tempo, espera-se criar um clima de confiança que promova a participação voluntária e espontânea.

B) Não há um resultado “certo” para as técnicas:

As técnicas servem para facilitar a sensibilização e a comunicação no grupo e para estimular as funções cognitivas, motoras e sociais dos participantes. Cada pessoa participa à medida de sua possibilidade e dentro de seu ritmo, desenvolvendo suas capacidades. Os indivíduos serão estimulados a participar, mas ninguém deve ser pressionado a alcançar um dado resultado.

C) As técnicas devem ser usadas com sensibilidade e em momentos apropriados:

As técnicas existem para ajudar os coordenadores de grupos de convivência a melhor promover a qualidade dos encontros de seu grupo. Assim, devem ser propostas e conduzidas com sensibilidade e atenção para o momento do grupo, suas necessidades e desejos. Ao escolher uma técnica, a coordenação deve estar atenta às suas potencialidades e limites.

D) As técnicas de grupo podem ser usadas como estratégias para dinamizar diferentes elementos do processo de grupo:

Aquecimento (ou “quebra-gelo”), comunicação, cooperação, sentimento de grupo, construção de regras, reflexão e elaboração de tarefas. Mas é importante notar que uma mesma técnica pode servir a várias funções, dependendo da maneira como é utilizada pela coordenação e pelo próprio grupo.

E) De maneira articulada com os objetivos do trabalho com grupos e com os indicadores de qualidade desse trabalho, pode-se dizer que as técnicas devem ser usadas para:

- a) Promover a convivência e a integração no grupo (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência);
- b) Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo;
- c) Promover as habilidades pessoais e sociais (expressar, comunicar, estimular a memória e o raciocínio, estimular a criatividade, dentre outras);
- d) Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural dos grupos;
- e) Facilitar o desenvolvimento das tarefas do grupo;

- f) Valorizar a realização do grupo;
- g) Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades;
- h) Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

1. ABRAÇO EM SI MESMO

Como se faz:

A coordenação vai dando as instruções, com voz suave e sem pressa. De pé ou assentados, em círculo, ficar de olhos fechados. Pedir para relaxar o corpo: braços, pernas, tronco, pescoço e cabeça. Pedir para respirar profundamente e ficar por um ou dois minutos nesta posição, deixando os braços soltos e para baixo. Devagarzinho, levantar os braços e dar um abraço em si mesmo, cruzando os braços à altura dos ombros e fazendo um "balancinho", como se estivesse "embalando um bebê". Ambiente com pouco barulho. Pode-se usar música suave.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Valorizar a realização do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra muita dificuldade para relaxar ou fica ansioso ao se “dar um abraço” pode precisar de atenção extra, uma palavra amiga, um estímulo para se comunicar, um bate-papo.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

2. ABRAÇOS

Como se faz:

A coordenação explica como será a atividade. Pede que todos fiquem andando pela sala, livremente, sem estar em fila ou círculo. Depois de alguns momentos, o coordenador vai dizendo: “abraço de (diz um número, por exemplo, 3)”. Quando disser isto, as pessoas devem se abraçar, em grupos de 3 pessoas. Em seguida, a coordenação fala: “continuem andando”. Depois de alguns momentos, fala outra vez: “abraço de...” E assim por diante. De cada vez, a coordenação varia o número (“abraço de 3”, “abraço de 2”, “abraço de 10” etc.). Pode-se terminar falando “abraço de 1” (a pessoa dá um abraço em si mesma) e depois falando “abraço de todos”, quando todo o grupo se abraça em um grande abraço.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Valorizar a realização do grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra muita dificuldade para “dar um abraço” pode precisar de atenção extra, uma palavra amiga, um estímulo para se comunicar, um bate-papo.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

3. RODA DE PALAVRAS

Como se faz:

A coordenação explica como será a atividade. Pede ao grupo que fique em círculo e que sugira uma palavra para começar. Por exemplo, o grupo escolhe a palavra “família”. Daí, cada pessoa, em sua vez, na seqüência da roda, fala uma outra palavra que a primeira palavra (família) lhe faz lembrar. E assim por diante. Em grupos grandes (mais de 10), fazer uma rodada. Em grupos menores de 10 pode-se fazer duas ou mais “rodadas”. Depois, pode-se fazer um bate-papo sobre o tema da família e porque esta palavra nos lembra tantas outras. A coordenação também pode sugerir palavras!

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início de uma palestra ou de um bate-papo sobre um assunto ligado à palavra inicial (exemplo: “família” ou outra palavra).

Número de pessoas:

Qualquer número. Em grupos grandes (maiores de 10), pode haver uma divisão em subgrupos (em torno de 05 a 06 pessoas) e cada subgrupo terá uma pessoa coordenando a atividade.

Fique atento a:

O tema pode ser “tranquilo” para alguns e “difícil” para outros. A coordenação pode perceber isso pela forma como cada um se expressa. Deve facilitar a comunicação no grupo e acolher aqueles que demonstram querer falar mais sobre o tema. Isto pode ser feito no grupo mas também em outra hora, dependendo da delicadeza do momento. Lembrar que muitas vezes o próprio grupo ajuda a “acolher” e a encontrar soluções para questões do dia a dia. Quando a discussão for um pouco difícil, fazer outra atividade para fechar com um clima mais acolhedor, como “dar e receber” ou “abraço em si mesmo” (ver aqui na relação de técnicas).

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir variando a palavra inicial e facilitando o diálogo sobre temas variados ou servindo para introduzir palestras variadas.

Material necessário:

Nenhum.

4. AUTO-ESTIMA

Como se faz:

A coordenação distribui folhas de papel para o grupo. Cada pessoa ganha uma folha. A coordenação explica a atividade. A coordenação lê frases – preparadas anteriormente – sobre acontecimentos que podem ter impactos diferentes na auto-estima das pessoas. Ler, primeiramente, aquelas que têm um impacto negativo como: “você brigou com um familiar”, “você foi tratada com preconceito”, “você está precisando conversar e não está sendo ouvida” e assim por diante. A cada frase dita, os participantes rasgam um pedaço do papel, de tamanho correspondente à importância que a frase expressa tem para cada um deles.

As frases se sucedem até que a folha esteja toda rasgada. Então, o coordenador começa a falar sobre acontecimentos bons, como “você tem uma boa relação com sua família”, “você ganhou um presente”, “você fez uma nova amiga”. A cada frase dita os participantes procuram nos pedaços rasgados de suas folhas aquele que corresponde em tamanho à importância que o fato tem para eles. As frases se sucedem até que “reconstruam” sua folha.

Depois, a coordenação escuta e conversa com o grupo sobre o que é a auto-estima para eles: o que faz com que se sintam bem ou mal? Como é gostar de si e cuidar de si? O que poderiam fazer para fortalecer a sua auto-estima?

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início de uma palestra ou bate-papo sobre auto-estima, cuidados com a saúde ou temas afins.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Dificuldades para identificar acontecimentos com efeitos bons na vida... queixas... O grupo pode desenvolver mais atividades de promoção da auto-estima!

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir de vez em quando, voltando ao tema dos cuidados que cada um deve ter consigo mesmo, com sua saúde, lazer etc.

Material necessário:

Folhas de papel, podendo ser novas ou recicladas.

5. NOSSO OLHAR E O OLHAR DOS OUTROS

Como se faz:

Forma falada da atividade: fazer uma “rodada” no grupo – cada pessoa diz algo que acha sobre si mesma (uma característica própria, por exemplo, ser tímida) e em seguida diz se acha que os outros percebem isto nela ou não. Conversar sobre as nossas características pessoais e a percepção distanciada ou próxima que os outros têm da gente. Esta distância incomoda? Se sim, como diminuí-la?

Forma escrita da atividade: em uma folha com 3 colunas, cada um escreverá – na primeira coluna, como se vê (características, defeitos e qualidades etc.); na segunda coluna, como acha que outros o vêem (idem). Comparar a auto-imagem com a imagem que acha que os outros têm da pessoa. São distantes? Gostaria de aproximá-las?

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem se atribui mais características negativas do que positivas ou quem acha que não é bem compreendido pode precisar de atenção extra, uma palavra amiga, um estímulo para se comunicar, um bate-papo.

Pode-se repetir?

Se o grupo quiser ou em intervalos de tempo grandes.

Material necessário:

Folhas de papel e lápis.

6. CANTIGAS DE RODA**Como se faz:**

As cantigas de roda, canções e trovas folclóricas são um material rico para dinamizar o grupo. Trazer uma cantiga para ensinar ou buscar pela memória dos participantes, que se lembrarão de cantigas antigas e recentes para ensinar aos colegas do grupo.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a :

Quem participa, quem se mostra triste com as lembranças, quem gostaria de relatar um caso, etc.

Pode-se repetir?

Sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum. Se o grupo tiver um “som”, pode usar fitas cassetes ou outros materiais para relembrar antigas ou gravar o próprio grupo cantando.

7. CARTÕES

Como se faz:

Especialmente em datas festivas (natal, ano novo, aniversários, dia das crianças), os participantes podem confeccionar cartões em papel dobrado ou cartolina. As ilustrações podem ser recortadas de revistas ou desenhadas pelo próprio grupo. O grupo pode conversar antes para saber o que quer escrever no cartão, se precisa de ajuda para tal, quem pode ajudar etc. É uma boa ocasião para se promover também a interação com a família, pedindo a um familiar que venha ajudar no dia ou pedindo que o participante leve para casa o seu cartão para ter a ajuda de um familiar.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Como uma atividade importante do dia. Pode-se levar mais de um encontro fazendo os cartões.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem participa, quem se mostra alegre ou triste com a atividade, quem pode ajudar os colegas etc.

Pode-se repetir?

Sempre que o grupo quiser, aproveitando as datas festivas.

Material necessário:

Papel (tipos variados). Canetinhas ou lápis de cera. Revistas velhas para recortar. Tesoura, régua e cola. Pode-se variar este material também, com retalhos de pano, lantejoulas etc.

8. ALBUM DE RETRATOS

Como se faz:

Combinar um dia para trazer fotografias (combinar um número limitado de fotografias por pessoa) da própria pessoa ao longo da vida e dos familiares. Mostrar na roda as fotografias e conversar. Acolher as lembranças tristes com compreensão, mas estimular as lembranças positivas e os relatos de casos.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Como uma atividade importante do dia. Pode-se levar mais de um encontro conversando sobre as fotos para dar tempo de todos falarem um pouco.

Número de pessoas:

Qualquer número, mas de preferência um grupo com até 15 pessoas. Se este número for maior, dividir em subgrupos ou em dias para trazer as fotos e conversar, assim, a atividade não ficará cansativa e todos poderão compartilhar.

Fique atento a:

Quem participa, quem se mostra alegre ou triste com a atividade, quem tem dificuldades de se lembrar etc.

Pode-se repetir?

Se o grupo quiser, mas em espaços de tempo mais longos.

Material necessário:

Fotos trazidas pelo grupo.

9. TEATRO DE FANTOCHES**Como se faz:**

Criar fantoches de pano, de preferência com uma cavidade interna para manipulação. Uma forma possível é fazer triângulo de pano com (a) abertura menor em cima para se costurar uma cabeça de bolinha de isopor furada por dentro, recoberta de pano; e (b) uma abertura grande inferior para se enfiar a mão e mover o fantoche. Fazer no triângulo de pano dois “braços”, onde se colocam os dedos polegar e mindinho. Enfeitar a cabeça e o corpo. O grupo pode fazer vários fantoches e criar histórias: como se chamam? Inventar uma história e encenar o teatrinho. Se houver a possibilidade de fazer um “palco” (atrás de uma mesa; com um tecido grande com uma abertura no meio; com uma caixa de papelão grande etc.), fica interessante. Este “teatro” pode ser encenado para familiares, amigos e outros, como crianças e jovens em atividades intersetoriais.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Esta atividade pode necessitar de um tempo maior de planejamento e execução e dependerá da disposição do grupo. Se este se mostrar disposto e animado, a atividade poderá ser muito rica e estimulante. Pode ser, durante algum tempo, a atividade principal do grupo.

Número de pessoas:

Qualquer número. Mas em um grupo grande pode haver a necessidade de subdividir em grupos pequenos, para possibilitar a participação de todos.

Fique atento a:

Quem participa, quem tem dificuldades etc.

Pode-se repetir?

Pelo grau de exigência da atividade, ela só será repetida se o grupo estiver muito motivado ou decidir se organizar como um grupo de teatro de fantoches.

Material necessário:

Retalhos de tecido. Tesoura, agulha, linha, cola. Canetas coloridas, lápis de cor ou lápis cera. Bolinhas de isopor de diâmetro aproximado de 4 cm. Este material pode ser adaptado, inclusive, com fantoches feitos com sacos de papel e canetinhas para desenhar o rosto.

10. BALANÇO NA BALANÇA

Como se faz:

Desenhar uma balança grande em uma folha de papel grande. O grupo é solicitado a fazer uma avaliação (sobre o grupo, um curso etc.). Cada um fala aspectos positivos e aspectos negativos. De um lado da balança, escrever os pontos positivos. Do outro, os negativos. Para que lado a balança vai pesar? Conversar.

Para que se faz:

Valorizar a realização do grupo. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

É uma técnica boa para avaliação de atividades, para mediação de conflitos (colocando prós e contras na balança), e mesmo para tomar decisões (colocando prós e contras na balança antes de tomar a decisão).

Número de pessoas:

Qualquer número. Fazer pequenos grupos, se isto ajudar a criar mais espaço de participação e trocas.

Fique atento a:

Pontos positivos e negativos levantados, o que se pode fazer para melhorar e o que se pode valorizar no grupo.

Pode-se repetir?

Técnica boa para se repetir quando há necessidade de avaliar ou decidir.

Material necessário:

Papel, canetas ou lápis.

11 CARTÕES DIVERTIDOS**Como se faz:**

Esta atividade pode ser desenvolvida de maneira mais simples ou mais complexa, dependendo de sua opção.

Preparar uma série de cartões, alguns com perguntas e outros com respostas para estas perguntas. Os participantes ficam em círculo. Os cartões são distribuídos e os alunos vão apresentando as perguntas e encontrando quem tem as respostas. Outra opção é ter cartões com perguntas e respostas “objetivas” (por exemplo, sobre o Estatuto do Idoso ou a Agenda de Compromissos das Famílias do Bolsa Família) e outras com perguntas que permitam respostas mais “subjetivas” (por exemplo, com sentimentos envolvidos ou hábitos do cotidiano sobre a vida dos idosos). Outra opção ainda, em grupos onde os participantes conseguem ler e escrever, é distribuir os cartões em branco e pedir que cada um escreva a sua pergunta. Embaralhe. Distribua. Cada um responderá à pergunta encontrada no cartão que tirou. Uma boa idéia é criar o jogo junto com o grupo, desde as primeiras idéias, a busca por informações etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Pode ser desenvolvida como atividade principal do dia ou pode ser preparatória para uma palestra, por exemplo.

Número de pessoas:

Qualquer número, mas se o grupo for grande, pode ser melhor fazer subgrupos para que todos tenham oportunidade de participar.

Fique atento a:

Quem mostra muita dificuldade para articular as idéias, quem se sente tímido ou com dificuldades diante do tema etc.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser e variando os temas e os jogos.

Material necessário:

Cartolina, tesoura e canetinhas. Pode ser necessário um texto informativo de onde tirar perguntas e respostas, como por exemplo, o Estatuto do Idoso ou a Agenda de Compromissos das Famílias do Bolsa Família. O jogo pode ser feito também como forma de discutir um tema que não precise de muitas informações “objetivas” e toque em opiniões, sentimentos, depoimentos, como “convivência familiar e comunitária”.

12. BATATA QUENTE

Como se faz:

Elabora-se uma pergunta no grupo. Um objeto (bola de papel, caixa de fósforos etc.) é jogado para cada pessoa que, assim que o recebe, deve dar uma resposta e, imediatamente, jogar o objeto para outra, que também responde, e assim sucessivamente.

Para que se faz:

Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Dificuldades e facilidades evocadas pela pergunta no grupo; quem demonstra dificuldades e facilidades para participar da atividade e responder prontamente.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Bola de papel, caixa de fósforo ou objeto a ser jogado.

13. BATE-PAPO EM DUPLA

Como se faz:

Formam-se duplas, em que cada um fala um pouco sobre si, de sua vida, seu cotidiano. Essa conversa serve para auto-conhecimento e conhecimento do outro. Mas pode também servir para, no início do grupo, estimular a interação entre os participantes. Nesse caso, uma variação é pedir a cada dupla que converse por uns 10 ou 15 minutos, contando um pouco de si para o outro. A seguir, vão se apresentar ao grupo grande. Neste momento, em vez de cada um apresentar a si próprio, vai apresentar o seu parceiro (como se fosse ele), dizendo “eu sou (nome do parceiro) e sou gosto de.... etc.”.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número. Em grupos muito grandes, cuidar para que a atividade não fique cansativa, dividindo em subgrupos na hora do “relato” das duplas.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para compartilhar.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser, variando as duplas em momentos diferentes.

Material necessário:

Nenhum.

14. BINGO DE INFORMAÇÕES**Como se faz:**

Preparar cartelas com informações básicas sobre uma questão, por exemplo, de saúde. Fazer as fichas para sorteio com as perguntas correspondentes às informações das cartelas. Dividir o grupo em subgrupos e dar uma cartela para cada subgrupo. Sortear as fichas com perguntas de dentro da sacola e ler em voz alta. Os subgrupos vão procurar as respostas em suas cartelas e marcá-las com feijões, milho ou outro material. Ganha quem primeiro completar a cartela. Conversar sobre as informações repassadas. Esta atividade pode ser preparada de forma a ser simples, com poucas perguntas e perguntas simples, ou mais complexa.

Para que se faz:

Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Como atividade principal do dia.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem tem facilidade ou dificuldade para compreender a informação; quem tem dúvidas.

Pode-se repetir?

Pode-se repetir, variando temas e em momentos diferentes.

Material necessário:

Fichas com perguntas e com respostas. Cartelas para marcar. Feijões ou milho para colocar como “marcas” sobre as cartelas.

15. CAIXINHA DE SURPRESAS**Como se faz:**

Cada pessoa escreve em uma folha de papel um tipo de problema ou questão que gostaria de discutir no grupo, sem colocar o seu nome. Os “bilhetinhos” são colocados em uma caixa e misturados. Cada participante retira aleatoriamente um dos bilhetes e responde a ele, dizendo o que faria (“se fosse eu”) caso estivesse no lugar da pessoa ou enfrentasse o mesmo tipo de problema. Discute-se. O grupo faz um levantamento dos tipos de problemas e soluções que mais apareceram e sua relação com a vida dos participantes.

Em grupos onde os participantes têm dificuldade com leitura e escrita, pode-se fazer assim: com os participantes em roda, pedir que cada um pense em sua pergunta; rodar uma caneta ou outro objeto no centro do grupo. Aquele para quem o objeto apontar, vai fazer a sua pergunta e rodar a caneta. Agora, aquele para quem o

objeto apontar vai responder a pergunta do primeiro e fazer a sua própria pergunta, e assim por diante.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Como atividade principal do dia.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade com o tema.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir, variando o tema e a ocasião.

Material necessário:

Papel, caneta, caixa pequena. No caso de objeto a se rodar, qualquer objeto improvisado.

16. COLAGEM

Como se faz:

Com revistas e jornais usados, cada subgrupo vai recortar gravuras sobre um tema combinado e montar uma colagem em uma folha de papel grande. Cada subgrupo mostra o seu trabalho para o “grupão”, explicando o que fez e porque fez. Conversar a respeito.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Como atividade principal do dia.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade com o tema.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir, variando o tema e a ocasião.

Material necessário:

Revistas, jornais, papel grande, tesoura, cola.

17. REVIVENDO BRINCADEIRAS E JOGOS

Como se faz:

Relembrar uma brincadeira de infância: Como era? Quais eram as regras da brincadeira? Quem brincava? Gostavam? Que adaptações seriam necessárias para trazer este jogo para o grupo? Jogar ou brincar este jogo/brincadeira no grupo. São muitas as possibilidades: passar anel, coelhinho sai da toca, seu mestre mandou etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade. Também pode ser a atividade principal de um encontro.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Sentimentos despertados pelas lembranças, desejo que as pessoas podem ter de contar uma história, um caso... Possibilidades de ensinar essas brincadeiras aos netos ou em atividades junto a outros grupos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser, variando as brincadeiras.

Material necessário:

De acordo com as brincadeiras lembradas.

18. REVIVENDO HISTÓRIAS E CONTOS**Como se faz:**

Relembrar uma história ou conto do tempo de criança/adolescente: Como era? Quem contava? Quando? Gostavam? Contar a história ou conto novamente. São muitas as possibilidades no folclore e nas lembranças de cada um.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade. Também pode ser a atividade principal de um encontro.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser, variando as histórias e contos.

Material necessário

Nenhum.

19. CONTORNO DO CORPO**Como se faz:**

Um dos participantes se deita sobre uma grande folha de papel e os outros contornam o seu corpo na folha, usando lápis ou giz de cera. Usar o desenho para conversar sobre o corpo, partes do corpo, funcionamento, mitos e fantasias. Por exemplo, sobre envelhecimento saudável, dietas, exercício físico, sexualidade etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Para introduzir uma discussão ou palestra.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade e dificuldade.

Pode-se repetir?

É técnica mais ligada a uma atividade posterior de informação e reflexão.

Material necessário:

Papel grande e giz de cera.

20. CONTAR CONTOS**Como se faz:**

Todos assumem uma posição de relaxamento, quer seja deitados quer sentados nas cadeiras. Fecham os olhos. O coordenador lê em voz alta, clara e pausada uma pequena crônica, fábula ou conto para o grupo. Conversar: o que sentiram com a história? Gostaram do final da história? Que outro final dariam a ela? Identificaram-se com alguma personagem? Qual? Por quê? A história lembrou alguma situação da vida? Qual? Conversar.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade. Também pode ser a atividade principal de um encontro.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser, variando as histórias e contos.

Material necessário:

Uma crônica, conto, fábula etc.

21. CÂMARA LENTA

Como se faz

Dispor o grupo em duas filas paralelas. O coordenador dá um sinal para que os primeiros de cada fila apostem uma corrida. Ao retornarem, tocam na mão do parceiro seguinte e este continuará a corrida, até que todos passem pelo processo. Vence quem chega por último, isto é, quem for mais **devagar**. Assim, todos devem “correr em câmara lenta”. Durante a corrida, precisam estar sempre movimentando, isto é, quando um pé estiver no chão, o outro automaticamente deverá ser levantado.

Para que se faz:

Dinamizar o grupo. Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra mais dificuldade ou facilidade. Se surgem sentimentos de cooperação e de competição. Estimular a cooperação e conversar sobre a necessidade de converter a competição em saldos positivos para o grupo.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

22. CRACHÁS

Como se faz

Cada integrante escreve seu nome (ou o recebe do educador, se não souber escrever) num pedaço de papel. Mostra o seu nome aos outros participantes do grupo e fala um pouco sobre si mesmo. Variações: escrever o seu nome e uma característica própria; escrever o seu nome e uma brincadeira de infância; escrever o seu nome e o de outra pessoa de quem gosta muito etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir, variando a sua proposta.

Material necessário:

Papel e canetinha.

23. DANÇA ENGRAÇADA

Como se faz

Colocar música alegre, mas calma. Os participantes ficam em pé (quem não pode ficar em pé, faz sentado). O coordenador vai dando os “comandos” para que os participantes possam dançar com as partes do corpo, uma de cada vez: agora, vamos dançar com a mão direita, com a mão esquerda, com as duas mãos, a cabeça, o pé etc. Pode ser feito em roda ou com as pessoas espalhadas pela sala.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra muita dificuldade para dançar ou fica ansioso pode precisar de atenção extra, uma palavra amiga...

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Som e música alegre, mas calma.

24. DAR E RECEBER (1)**Como se faz:**

Sentados em círculo, todos estendem as duas mãos. O coordenador explica que a atividade lembra o dar e receber em grupos. Então, sugere que cada participante estenda as mãos: a direita estará com a palma voltada para cima e a esquerda com a palma voltada para baixo. Dessa forma, as mãos se encaixam na roda: a palma virada para cima “recebe” a palma (de outra pessoa) que está virada para baixo. Depois, inverte-se a posição das mãos direita e esquerda, e novamente o grupo se dá as mãos, trocando de posição no dar e receber.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Valorizar a realização do grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra dificuldade em participar.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

25. DAR E RECEBER (2)**Como se faz:**

Em duplas, cada participante conversa sobre aquilo que poderia “dar” (em termos de qualidades pessoais, habilidades, conhecimentos etc.) para o grupo e aquilo que gostaria de “receber”. Pode-se conversar no “grupão”, levantando as “riquezas” e “necessidades” do grupo como um todo e fazendo um quadro de suas possibilidades e necessidades.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade. Que características e necessidades as pessoas acreditam ter.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

26. DEFEITOS E QUALIDADES**Como se faz:**

Em duplas ou em pequenos grupos, cada participante fala de “dois limites” e “duas qualidades” que acredita ter. É possível pensar em situações nas quais os “limites” se tornam “qualidades” e as “qualidades” se tornam “limites”? Gostariam de mudar? Conversam.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para encontrar limites ou qualidades. Quem está satisfeito ou insatisfeito consigo mesmo. Como anda a auto-estima do grupo.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir, mas de tempos em tempos.

Material necessário:

Nenhum.

27. DESENHO COLETIVO**Como se faz:**

Em subgrupos, todos os participantes desenhavam livremente em uma única folha de papel grande. Mas, não poderão conversar, apenas gesticular. Como farão? Cada um ficará em seu cantinho? Vão compartilhar o espaço? Será que farão um desenho conjunto? A interação do grupo se evidencia. Conversar sobre o fazer junto, o trabalho em grupo etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para interagir e desenhar junto.
Quem fica inibido. Quem consegue construir junto com os outros.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Papel, giz de cera, lápis de cor.

28. DITADOS POPULARES**Como se faz:**

Espalhar as fichas com os ditados populares escritos sobre a mesa ou chão. Outra possibilidade é ler os ditados, em voz clara e pausada, para o grupo. Cada pessoa escolherá um ditado popular de que goste muito. Conversam no grupo porque gostam deste ditado, o que ele ensina, como já foi aproveitado em alguma situação de vida etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades

pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou final do encontro ou preparando uma atividade. Pode ser também a atividade principal do dia, em grupos grandes ou quando a conversa se estende.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para escolher o ditado e fazer associações com ele. Que situações de vida foram levantadas.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário

Ditados populares escritos em fichas de papel ou em uma lista.

29. DOMINÓ

Como se faz:

Em círculo, os participantes recebem uma folha de papel, dividida por um traço ao meio. Não poderão conversar, apenas gesticular. Cada participante vai

desenhar ou escrever, na metade direita da folha, uma mensagem para o colega à sua direita. Na metade esquerda, vai responder (por desenho ou escrita) à mensagem que recebeu do colega à sua esquerda. Forma-se um dominó do grupo. Pode-se, agora, conversar a respeito no grupão. Para os grupos que não sabem escrever, pode-se fazer o dominó com desenhos. Uma outra opção é criar o dominó com perguntas e respostas sobre determinado assunto. Assim, ao brincar, o grupo aprende e reflete, podendo também colocar suas questões.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Valorizar a realização do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra dificuldade para construir o dominó em grupo. Quem tem dificuldade para mandar uma mensagem.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Papel, canetinha.

30. EMBALAGENS**Como se faz:**

Pedir ao grupo que traga embalagens de produtos utilizados (caixa de gelatina, farinha de trigo etc.) e montar uma pequena feira. Pode-se conversar sobre alimentação, nutrição e hábitos no cotidiano.

Para que se faz:

Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Antes de uma palestra ou discussão.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para falar sobre nutrição. Que tipo de problema isto parece sugerir (renda, conhecimentos, dificuldades em seguir a dieta).

Pode-se repetir?

Se o grupo quiser, mas tomar cuidado para a repetição não ficar maçante.

Material necessário:

Caixas ou sacos de embalagens vazios.

31. ESCRAVOS DE JÓ**Como se faz:**

Ao ritmo da música “Escravos de Jó” (pode ser qualquer outra música ritmada), são passados dois objetos, de mão em mão, sendo que uma das regras da “brincadeira” é que haja uma sintonia entre o movimento dos objetos e o ritmo da música – para que isto aconteça deve haver também sintonia entre os membros do grupo. Todos cantam e repassam o objeto dentro do ritmo.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum. O objeto que se repassa é improvisado.

32. ESPELHO**Como se faz:**

Em duplas, um participante será uma pessoa na frente do espelho e o outro será o espelho. A pessoa faz gestos e o espelho reflete. Após alguns minutos (de 2 a 3), troca-se de papéis. Conversar. O que mais gostou de ser: pessoa ou espelho? É difícil ser modelo para alguém? É difícil “copiar” o outro? Conversar e fazer a associação para a vida cotidiana.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para trabalhar em grupo. Quem fica ansioso por servir de modelo ou por seguir um modelo. O que isto tem a ver com o cotidiano de cada um.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

33. ESTÁTUA (1)**Como se faz:**

Uma pessoa será a “argila” e a outra, o “artista” que cria na “argila” uma estátua que expressa algo que o escultor percebe sobre a outra pessoa: sua “mensagem”. Para tal, o “escultor” vai colocar a “argila” em uma dada posição (levanta o braço, cruza as pernas etc.) e a “argila” ficará imóvel nesta posição por alguns minutos (1 a 2). O escultor pode dar um nome para a sua estátua. Depois, troca-se de papéis. Conversam. Como é procurar influenciar o outro? Como é ser influenciado?

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Como é a interação no grupo. Se consegue captar imagens positivas uns dos outros. Se o grupo tem disponibilidade para conhecer os colegas em vez de só se guiar pelas aparências.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

34. ESTÁTUA (2)**Como se faz:**

Andando pela sala, livremente. Quando o coordenador/educador disser “estátua”, todos param e ficam “imobilizados” na posição em que estiverem. O coordenador/educador diz “andando” e todos andam. E assim por diante.

Para que se faz:

Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade em participar e/ou em entender os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

35. FEIRA DE TALENTOS**Como se faz:**

Descobrir os talentos de cada um (não apenas cantar, desenhar, mas também, cozinhar, costurar etc.). Combinar um dia em que se fará uma “feira de talentos” no grupo. Nesse dia, cada um apresentará o seu talento. Organizar uma comissão organizadora composta dos participantes. Pode-se também usar como atividade voltada para a família e a comunidade.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, cooperação, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as

habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Valorizar a realização do grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade. Pode ser a atividade principal do grupo em um ou vários encontros.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Estimular cada um a mostrar algo que sabe fazer.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

36. FLOR

Como se faz:

Em uma folha de papel, desenhar uma flor com o centro e 3 pétalas. No centro, será colocada uma questão para reflexão. Cada pétala representa um ângulo: o que “penso”, o que “sinto” e o que “faço” a respeito daquela questão. Conversar.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

Como atividade principal do dia ou para preparar uma discussão ou palestra.

Número de pessoas:

Qualquer número, mas se o grupo for grande, dividir em subgrupos para que todos tenham oportunidade de participar.

Fique atento a:

Incentivar e estimular as capacidades de comunicação e expressão.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Papel e lápis ou caneta.

37. IMAGENS

Como se faz:

O coordenador leva gravuras pertinentes ao tema do encontro. No chão, em círculo, distribui as “gravuras” que vão sendo passadas de mão em mão. Cada um escolhe uma imagem com a qual se identificou ou que mais o impressionou. Conversam. Uma variação é deixar que o próprio grupo recorte as imagens de revistas velhas, colocando-as no centro da roda. A seguir, escolhem as imagens e conversam sobre elas.

Para que se faz:

Sensibilizar e mobilizar para uma atividade ou conversa. Mobilizar sentimentos e idéias em torno de uma questão que se quer abordar. Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para escolher, expressar um sentimento ou uma idéia.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser, variando as gravuras e os temas.

Material necessário:

Gravuras, fotos, revistas etc.

38. HISTÓRIA COLETIVA**Como se faz:**

Em círculo. O coordenador inicia uma história, com uma ou duas frases. A “dica” é iniciar a história com alguma implicação sobre a questão que se quer discutir. Por exemplo: “Era uma vez uma jovem de 23 anos que descobriu que estava com diabetes, e não sabia nada a esse respeito... Então, ela...”. Após a primeira frase do coordenador, cada participante vai acrescentando uma frase, de sua imaginação, à história. Assim, sucessivamente, a história vai sendo construída. Criatividade e humor, bem como sentimentos negativos e tristezas, podem aparecer... para serem objeto de conversa, orientação e reflexão. Boa situação para levantar temas sobre saúde, relacionamento familiar e comunitário etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para se expressar e se comunicar.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser, variando as frases iniciais para que também as histórias criadas possam ser diferentes.

Material necessário:

Nenhum.

39. HISTÓRIA INACABADA**Como se faz**

O coordenador leva uma história para o grupo (pode ser uma fábula, um pequeno conto, uma crônica inventada justamente para se introduzir determinada questão), mas não conta o final da história. Em vez disso, pede que o grupo discuta e lhe dê um final. Se tiverem dificuldade de chegar a um consenso, deixar que surjam diferentes finais e conversar.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades

peçoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade. Preparar para uma conversa.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para se expressar e se comunicar.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Uma fábula ou conto ou crônica.

40. INTERAÇÃO COM MÍMICA

Como se faz:

Cada componente do grupo (ou subgrupos) recebe do coordenador uma tarefa que deverá expressar em mímica, no círculo. Exemplo: diga qual o resultado do jogo de futebol de ontem ou explique como foi o seu domingo.

Para que se faz:

Sensibilizar e mobilizar para uma conversa ou atividade. Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para se expressar e se comunicar.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

41. JOGO DAS PALMAS**Como se faz:**

O grupo anda pela sala. Ao comando do coordenador (por meio de palmas, por exemplo) subgrupos serão formados de acordo com o número de palmas. Exemplo: quatro palmas = formar subgrupos de quatro pessoas. Comentar.

Para que se faz:

Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão e comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora, interação, participação etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário

Nenhum.

42. JOGO DA MEMÓRIA**Como se faz:**

Recortar gravuras de revistas – ou preparar fichas – e criar um “jogo da memória”. Junto das gravuras, colocar fichas com informações sobre a questão em discussão no grupo. Colocar todas as fichas (gravuras e informações) com a face para cima, no meio do círculo. Deixar que os participantes demorem alguns minutos para tal. Depois, virá-las com a face para baixo. Pedir aos participantes que

lembrem: onde está tal figura? Onde está tal informação? Não colocar muitas fichas, inicialmente. Aumentar aos poucos o grau de dificuldade.

Para que se faz:

Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão e comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora, interação, participação etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade. Pode ser também a atividade principal do dia.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Cartões com figuras.

43. MALA COLETIVA

Como se faz:

O coordenador propõe ao grupo montar uma mala única para uma viagem em conjunto. O que vão levar? Podem montar a mala em uma caixinha onde coloquem tiras de papel com os nomes ou desenhos do que vão levar. A coordenação pode dar ênfase, no caso, a uma questão de saúde. Se for uma viagem para tratar da saúde, o que deverão levar? Se for para uma praia, o que levar? Uma variação é quando o coordenador lê uma lista de elementos, dentre os quais o grupo escolhe para compor a sua mala.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

Pode ser a atividade principal do dia.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Papel e lápis. Mas pode-se fazer apenas verbalmente.

44. NÓ DE GENTE**Como se faz:**

As pessoas fazem um círculo e memorizam quem está ao seu lado direito e esquerdo. Depois de algumas voltas livres pela sala, todos param e refazem o círculo inicial dando as mãos, mas sem saírem do lugar, formando assim um nó. As pessoas sempre de mãos dadas têm o desafio de desatar o nó feito com os próprios braços. (DICA: o problema se resolve quando, sem soltar as mãos, os participantes passam por debaixo dos braços uns dos outros, como na dança de quadrilha).

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Valorizar a realização do grupo. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

45. NOME E CARACTERÍSTICA PESSOAL**Como se faz:**

O grupo se dispõe em círculo e cada integrante faz a sua apresentação da seguinte forma: fala o seu nome e em seguida fala uma característica sua com a primeira letra de seu nome. Exemplo: Raquel risonha. Bom para trabalhar os nomes e as palavras das características pessoais, em diversas formas.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.).

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

46. PAINEL DO GRUPO**Como se faz:**

Pedir aos participantes que tragam uma figura (objeto etc.) com que se identifiquem. Formar duplas, cada qual mostra a sua figura e expõe a razão da sua identificação. As duplas se apresentam para o grupão. Em uma grande folha, montam o "painel do grupo": um sentimento de grupo, reforçado por meio da percepção das similaridades e diferenças.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Valorizar a realização do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Um papel grande, cola e os objetos que cada um trouxe para a atividade, combinada com antecedência.

47. PAINEL DO GRUPO (2)**Como se faz:**

Montar um painel com o grupo sobre alimentação, lazer, convivência familiar etc., dizendo “o que gosto”, “o que não gosto”, “o que posso” e “o que não posso”. Conversar a respeito.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos? Incentivar a interação e a participação.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Papel grande, cola, colagens e outros materiais (hidrocor, giz de cera etc.).

48. PASSEIO NA FLORESTA**Como se faz:**

As pessoas vão andando pela sala como se estivessem em uma floresta. O coordenador vai sugerindo cenas, acontecimentos, em jogo de imaginação: cuidado com a árvore; buscar um abrigo porque vai chover etc. O grupo deve proceder como se estivesse encenando a cena.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

49. QUADRO COMPARATIVO

Como se faz:

Uso de folha grande para registrar e visualizar os pontos sobre um tema levantado em uma discussão do grupo. Por exemplo, comparar a adolescência de ontem e a adolescência de hoje: como era e como é? O que nós podíamos fazer? E nossos filhos? E nossos netos? Que interesses são iguais entre as gerações e que interesses são diferentes?

Esta técnica também pode ser usada para comparar dois períodos de vida: por exemplo, como era antes de começar a freqüentar o Grupo de Convivência e como é agora? Etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora, entre outros). Fortalecer os vínculos familiares, comunitários e a identidade cultural. Valorizar a realização do grupo. Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar,

dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Folha de papel grande e caneta hidrocor.

50. QUATRO-CANTOS

Como se faz:

O coordenador prepara quatro folhas, cada qual tendo escrito o nome de uma cor (verde, amarelo, azul, vermelho), colocada em um dos cantos da sala. Os participantes sentam-se em círculo. O coordenador prega nas costas de cada participante um papel com o nome de UMA das cores (procura ter o mesmo número de papéis com cada cor), mas sem que este saiba que cor está pregada nas suas costas. O grupo recebe a tarefa: cada participante deve se dirigir para o canto da sala cuja cor coincida com aquela que está pregada em suas costas. Não podem

conversar, apenas gesticular. Como fazer? A única solução, que o grupo deve descobrir por si mesmo, é a cooperação: um leva o outro para o seu canto, até que todos consigam.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Valorizar a realização do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Folha de papel e canetas hidrocor de 4 cores diferentes.

51. RECEITA ESPECIAL

Como se faz:

Combinar com os participantes de levar os ingredientes de uma receita para fazer juntos: limão, água e adoçante, por exemplo. Fazer juntos a limonada, deixando que todos participem e provem da limonada. Conversar sobre nutrição, saúde etc.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação e trocas de experiência). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Valorizar a realização do grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos? Incentivar a interação e a participação.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Ingredientes para uma receita.

52. REFLEXÃO EM DUPLA

Como se faz:

Conversa em dupla, para discutir pontos de vista sobre temas específicos. Pode ser feita com instruções quanto a tempo, turnos de fala etc. Serve para interação, reflexão e levantar temas.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

53. RELÓGIO DO COTIDIANO

Como se faz

Em um (ou mais) relógio(s), representar as divisões do tempo vividas por cada um, em seu dia a dia: o que faz, a que hora, com quem etc. Que tempo dedicam para si, para o trabalho, a família, o lazer, a saúde, o exercício físico, o descanso etc.? Algo precisa ser mudado? O que? Como?

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

54. SENTIMENTOS**Como se faz:**

As pessoas fazem expressões faciais a partir de palavras-geradoras, como tristeza, raiva, preocupação, alegria. Conversar sobre o que nos dá tristeza, alegria etc. Trabalhar com os sentimentos envolvidos no cuidado com a saúde de cada um, diante da doença, do tratamento, das limitações etc. Conversar sobre as formas de se enfrentar problemas e trazer informações que possam capacitar as pessoas para se cuidar.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

55. SE EU FOSSE UM... (PLANTA, COR, MÚSICA, TIPO DE COMIDA ETC).

Como se faz:

Em círculo, cada participante diz a planta (ou, como variações da técnica, pode-se utilizar cor, música, tipo de comida etc.) com que acha que se “parece”. Esta “semelhança” é explicitada em termos das características pessoais.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

56. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**Como se faz:**

Em círculo, cada participante diz em que é parecido com alguém do grupo e em que é diferente. Falam, sucessivamente, até que todos tenham participado.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

57. TELEFONE SEM FIO**Como se faz:**

Escolhe-se um número de voluntários no grupo, que sairão da sala por um pouco de tempo. O coordenador chama de volta uma primeira pessoa e lhe diz em voz alta, para que o resto do grupo ouça, uma mensagem de uma ou duas frases. Essa mensagem já pode ser relacionada a uma informação em saúde, educação etc. Chama a segunda pessoa que está lá fora. A primeira repete a mensagem para a segunda. A seguir, esta dirá a mensagem para a terceira, e assim sucessivamente. Conversar sobre as distorções de informação na vida cotidiana.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Facilitar a informação e a reflexão sobre

questões de interesse do grupo. Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

58. TEIA DE GENTE

Como se faz:

Os participantes formam um círculo. O coordenador segura um rolo de barbante por uma das suas pontas e joga o rolo para um dos participantes, que deverá dizer seu nome, uma característica sua (ou uma coisa de que gosta, uma avaliação sobre o trabalho, uma mensagem final para o grupo que está se despedindo etc.), segurar no barbante e jogar o rolo para outro participante, que fará o mesmo, até que o grupo tenha formado uma “teia” de barbante e de gente. Se o grupo for muito grande, pode-se pedir um grupo de voluntários, que ficará no meio do círculo composto pelo grupo todo.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Rolo de barbante.

59. TIC-TIC-TAC-BUM**Como se faz:**

Combinar uma seqüência de sons e gestos (por exemplo, o primeiro som – tap – corresponde a bater palma, o segundo, a bater a mão na perna etc.). Em roda, cada participante diz uma sílaba e faz o gesto correspondente, ao mesmo tempo. A

seqüência deve fluir no grupo, em ritmo cada vez mais apressado. Quem errar, sai da roda. Conversar.

Para que se faz:

Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora, , interação, participação, etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

60. TRABALHO COM ARGILA

Como se faz:

Formar objetos com a argila, livremente. Depois, fazer uma exposição do grupo para o próprio grupo e conversar a respeito. O que quiseram expressar com as suas criações?

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Argila.

61. UMA COISA QUE GOSTO E UMA QUE EU GOSTARIA DE MUDAR

Como se faz:

Em duplas ou pequenos grupos, cada um reflete sobre algo que gosta em si mesmo e algo que gostaria de mudar. Conversam.

Para que se faz:

Promover a convivência (sentimento de pertencimento, acolhimento, auto-estima, comunicação, interação, participação e trocas de experiência). Promover as habilidades pessoais e sociais (expressão, comunicação, memória, raciocínio, criatividade, coordenação motora etc.). Sensibilizar, dinamizar e organizar para outras atividades. Facilitar a avaliação do trabalho desenvolvido com e pelo grupo.

Melhor momento:

No início ou no final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

62. RODA DE CONVERSA

A “roda de conversa” é uma atividade que estimula a comunicação e as trocas entre os participantes do grupo. A coordenação ou alguém do grupo pode propor falar de um determinado assunto. Para facilitar, sugerimos, abaixo, várias idéias para a conversa do dia. A cada dia, deve-se tomar uma ou duas idéias. Sentadas em círculo, as pessoas são convidadas a participar, respondendo às perguntas, ou então, em grupos maiores de 12, pode-se fazer grupos menores para conversarem sobre o assunto do dia e depois fazer o grupão. Esses assuntos podem ser relacionados a memórias, sentimentos, vivências do dia a dia, preferências, projetos etc. Uma pequena frase pode iniciar uma boa conversa, se esta for incentivada e bem explorada.

1. Para mim, uma memória feliz de minha infância é... (lembrar, comentar);
2. Quando tenho uma dificuldade, a pessoa com quem mais gosto de conversar é... (contar um pouco quem é esta pessoa, se está sempre disponível etc.);
3. Uma das minhas qualidades é... (falar sobre as qualidades de cada um, auto-estima);
4. Tenho uma esperança, que é de... (falar sobre sonhos, projetos, esperanças);
5. Hoje em dia, o que me faz ficar alegre é... (falar sobre sentimentos no dia a dia, auto-estima);
6. Nesta semana, me senti muito... (contar um pouco sobre a semana);
7. Quando tenho um problema, encontro um amigo com quem conversar?;

8. Para mim, um amigo de verdade é alguém que... (falar sobre amigos e amizade);
9. Percebo quando alguém é boa pessoa quando... (falar sobre qualidades humanas);
10. Do que eu mais gostava de brincar quando criança era... (lembranças, compartilhar);
11. O dia do meu aniversário é... e o que eu gosto de fazer neste dia é... (memória, compartilhar, auto-estima);
12. Tenho vergonha quando... (falar de sentimentos difíceis, mas valorizando a auto-estima);
13. Os lugares onde gosto de passear são... (falar sobre o lazer, lugares de que gosta);
14. O que eu mais gosto de fazer em casa é... (falar sobre o dia-a-dia, as preferências);
15. Eu gosto – ou não gosto? – de animais? de plantas? (falar sobre o dia-a-dia, bichos, plantas etc.);
16. A coisa mais importante do mundo para mim é... (falar sobre preferências no dia-a-dia);
17. Gosta de música? De televisão? O que gosta mais de ouvir e de assistir?
18. Com que idade começou a trabalhar? Fazendo o quê? Como se sentia à época?
19. Teve filhos? Quantos? Com que idade teve o primeiro? Ajudou a criar os filhos de alguém?
20. Quando me sinto triste, o que faço para recobrar o ânimo é...

63. PALAVRA LIVRE

Palavra livre é um momento para dar opinião sobre algo que foi conversado ou vivido no grupo ou algo que está sendo planejado, avaliado etc. É importante dar tempo para todos participarem, incentivando todos a falar e evitando que a palavra fique apenas com alguns. Entretanto, também é importante a flexibilidade para perceber que cada pessoa tem o seu jeito próprio de participar: uns são mais tímidos, outros mais falantes, outros mais diretos etc.

64. PALESTRA INTERATIVA

A palestra interativa é o nome que estamos dando para um jeito de fazer palestra que deve ser o mais participativo possível. Em primeiro lugar, o tema está ligado aos interesses do grupo. A pessoa que vai desenvolver o tema (pode ser o coordenador do grupo ou mesmo um convidado) procura levantar as opiniões e experiências dos participantes, antes mesmo de iniciar a “palestra”. Pode usar uma técnica de dinâmica de grupo para dinamizar este momento. Daí, começa a expor o seu tema. Mas, freqüentemente, buscará relacionar o que está dizendo com aquilo que o grupo expressou, como opiniões, informações e experiências. É claro que o expositor não precisa concordar sempre com o que o grupo disse. É necessário trazer informações corretas e questionar as erradas, os preconceitos e mitos. Mas deve-se fazer isso estimulando a reflexão e o diálogo, em vez de tentar passar uma mensagem “de cima para baixo”. Assim, o expositor procura “articular” o que fala com aquilo que o grupo expressou. Busca também incentivar o grupo a fazer perguntas e a dar opiniões. Então, procura responder e refletir. Ou seja, é uma palestra onde todos interagem, em vez de seguir o modelo em que o expositor fala e o grupo apenas escuta.

65. CHUVA DE IDÉIAS

Como se faz:

O coordenador apresenta um tema, problema ou questão, e pede ao grupo que fale todas as idéias que tiverem para abordar o assunto. Se o grupo demorar muito para se manifestar, o coordenador pode começar dando alguma idéia ou fazer uma associação livre. Isto é, a partir da palavra inicial (ligada ao tema, problema ou questão) cada pessoa do grupo diz a primeira coisa que lhe passa pela cabeça, SEM A PREOCUPAÇÃO de ser coerente (isto deve ser explicado ao grupo, para que não se sintam inibidos). Depois de uma ou algumas rodadas desta maneira, o grupo poderá se sentir mais desinibido para fazer a sua “Chuva de idéias” sobre o tema, problema ou questão.

Para que se faz:

Para estimular a discussão de um tema, comunicação, interação, participação. É um bom método para fazer a primeira abordagem de um problema que é necessário enfrentar. Para estimular o grupo a ver diferentes ângulos de uma questão.

Melhor momento:

No início de uma atividade, para estimular a discussão, ou como discussão central do dia.

Número de pessoas:

Qualquer número. Mas se o grupo for muito grande, seria bom dividir em dois grupos, para que todos possam se manifestar e o tempo gasto não ser excessivo.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para dar idéias.

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

66. PALAVRA DE DESPEDIDA**Como se faz:**

A coordenação solicita que cada participante diga “uma palavra” que resuma ou expresse o sentimento ou o pensamento diante do encontro do dia.

Para que se faz:

É uma maneira breve e intensa de fazer uma avaliação do dia e permitir que os participantes se expressem. Caso apareçam dificuldades ou idéias conflitantes, a coordenação pode sugerir voltar a conversar sobre a avaliação deste encontro no próximo evento.

Melhor momento:

No final do encontro ou de outra atividade.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

O grupo fez uma avaliação positiva ou negativa? Que tipo de sentimentos e pensamentos surgiram? Como fazer para superar as dificuldades e fortalecer os pontos positivos?

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

67. EM UMA PALAVRA**Como se faz:**

A coordenação solicita que cada participante diga “uma palavra” que resuma ou expresse o sentimento ou o pensamento diante de um tema ou atividade desenvolvida.

Para que se faz:

É uma maneira breve e intensa de fazer uma avaliação e permitir que os participantes se expressem. Caso apareçam dificuldades ou idéias conflitantes, a coordenação pode sugerir o aprofundamento da conversa sobre o tema, uma palestra sobre ele, a busca de mais informações etc.

Melhor momento:

No final de uma atividade. Mas também pode ser usada para estimular uma discussão em seu início, por exemplo, na Roda de Conversa.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

O grupo fez uma avaliação positiva ou negativa? Que tipo de sentimentos e pensamentos surgiram? Seria necessário aprofundar a questão?

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário:

Nenhum.

68. CATA-VENTO**Como se faz:**

A coordenação distribui uma folha onde está desenhado um cata-vento. Em cada uma das três hélices do cata-vento está escrito um termo: “mandão”, “com diálogo” e “largadão”. Cada participante localiza como ele se vê nas hélices do cata-vento. Pode ter aqueles que são só mandões, apenas "largadões" ou “com diálogo”. Mas também pode ter aqueles que ficam “no meio do caminho”, “ora são uma coisa ora outra”, “depende do tipo de grupo” etc. Conversar a respeito, inclusive compreendendo essas diferenças.

Para que se faz:

Para refletir sobre o papel que desempenhamos nos grupos em que convivemos: na família, na sala de aula, entre amigos e outros. Incentivar a interação e a participação.

Melhor momento:

Para iniciar uma discussão, um tema central no dia.

Número de pessoas:

Qualquer número.

Fique atento a:

Quem mostra facilidade ou dificuldade para seguir os comandos?

Pode-se repetir?

É uma técnica boa para se repetir sempre que o grupo quiser.

Material necessário

Folha de papel onde está desenhado um cata-vento. Lápis, caneta etc.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AFONSO, Maria Lúcia M. *Oficinas em dinâmica de grupo – um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- ANTUNES, Celso. *Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FRITZEN, Silvino. *Exercícios práticos de dinâmica de grupo*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GONÇALVES, Ana M. e PERPÉTUO, Susan C. *Dinâmica de grupo na formação de lideranças*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- MACRUZ, Fernanda e outros. *Jogos de Cintura*. 2ª ed. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1992.
- PAULA, Henrique de. *Relações Humanas - Caderno de Atividades*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- YOZO, Ronaldo Y. *100 Jogos para grupos – uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo: Ágora, 1984.